



24 anos

Jornal do Sudoeste[®]

Apenas a verdade.

Brumado, de 14 a 23 de
Janeiro de 2023
Edição 714 - Ano XXVIII
44 Páginas - R\$ 2,50

Ato de **vandalismo** contra Terreiro Casa de Xangô em Vitória da Conquista e a realidade da Intolerância Religiosa no cotidiano

PÁGS. 14 a 19



Filha denuncia violência doméstica sofrida pela mãe em Guajeru

PÁGS. 22 a 25

Psicóloga Camilla Alvarenga fala sobre Saúde Mental de crianças e adolescentes

PÁGS. 38 a 40

Moradores relatam descaso e abandono no Distrito do Rosário, em Correntina

PÁGS. 08 a 10

AS LIÇÕES DO 8 DE JANEIRO

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

“Loucura sim, mas tem seu método.” Com essas palavras, Polônio descreve, no Ato II da Tragédia de Hamlet, de William Shakespeare, o comportamento enlouquecido do Príncipe da Dinamarca, cujo plano era fazer com que todos acreditassem que ele estava louco, para assim alcançar seu objetivo: vingar-se daqueles que assassinaram seu pai e tomar de volta o reino que lhe pertencia.

A frase de Polônio nos faz lembrar os discursos proferidos nos quatro anos do Governo, pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que recorrentemente bravateando, alimentou o ódio e conseguiu fazer com que uma expressiva parcela da sociedade, também confrontada diuturnamente pelas Fake News e assassinatos de reputações, promovidos a partir de uma estrutura montada nas cercanias do Gabinete do 3º andar do Palácio do Planalto, onde despachava, valendo-se do mantra do ministro da Propaganda do III Reich, Joseph Goebbels (“Uma mentira contada mil vezes torna-se verdade”), conquistasse mais que seguidores, um “exército” com características de uma seita, cujos membros estariam (os fatos mostram que continuam) dispostos a seguir seu líder, mesmo com ele comodamente ausente do cenário de insanidades, incondicionalmente, até à morte.

Importante abrir um parêntesis para reforçar que o ex-presidente não chegou ao poder por força de um golpe, do rompimento das Instituições como sempre pregou. Sua eleição, em 2018, foi resultado da indignação e do medo. Indignação com as revelações da Operação Lava Jato e o medo que a vitória do então candidato do PT, Fernando Haddad, representava para sua continuidade. Poucos, mesmos os que sem opção acabaram votando contra Haddad no dia 28 de outubro de 2018, se preocuparam com a biografia do Capitão Reformado do Exército, que livrou-se de ser expulso da Instituição, em 1988, porque os Generais de alto coturno temiam que o ato pudesse resultar em uma insurreição em pleno Regime Militar, uma vez que Bolsonaro se indispôs com a cúpula do Exército por verbalizar a insatisfação salarial que afetavam principalmente a baixa oficialidade e graduados, além de ter como ídolo o facinora Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O que mais pesou foi, incontestavelmente, o antipetismo e o receio da impunidade.

O que se temia, o fim da Lava Jato, graças as velhacarias de filhos e amigos – as pessoais começam a ser reveladas – foi materializado por Jair Bolsonaro após assumir o mandato presidencial, através de manobras para desacreditar e enfraquecer órgãos fiscalizadores e a escancarada ingerência na Polícia Federal, além dos privilégios concedidos a expressiva parcela de militares – os que se alinham com sua retórica absolutista – acomodados na estrutura do Poder Executivo da União.

A retórica do complô e os recorrentes ataques às Instituições e a todos que ousaram desafiar sua lógica primitiva de criar opositos simplistas para contrapor a ciência, por exemplo, foram a tônica com a qual o ex-presidente, desde sempre, recorreu para alimentar o golpismo e manter coesa a seita formada por seus seguidores. A retórica do “Capitão”, a partir do momento em que a luta anticorrupção perdeu força por conta das evidências, passou a focar com mais ênfase o antipetismo – a anulação das sentenças proferidas pela Justiça Federal do Paraná, equivocadamente entendida pelos petistas como prova da inocência de Luiz Inácio Lula da Silva, fortaleceu esse discurso – além dos valores, costumes, tradições e convenções conservadoras, como família, religião, aborto e nacionalismo, entre outros, que ganhou a adesão de “religiosos” de diferentes denominações, alguns conhecidos farsantes que alimentam seus sonhos megalomaniacos extorquindo fiéis, empresários e “jornalistas”, que por razões que não o compromisso com os fatos chegaram a pregar “Guerra Civil” e chamar de “frouxa” as pessoas que não foram para a porta dos Quartéis do Exército pedir Intervenção Militar. Uma retórica subestimada e aparentemente assentada em bases frágeis, mas cuja possível letalidade não poderia ou deveria ser desprezada, como acabou sendo.

É preciso enfatizar que qualquer cidadão brasileiro tem o direito, inalienável, de gostar ou não de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, de seus aliados e das propostas que defendem. Por mais que possam haver e, certamente, para expressiva parcela da população, existam, razões para indignar-se com a anulação das sentenças judiciais que possibilitaram a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, com possíveis excessos nas decisões do Supremo Tribunal Federal e com eventuais ou usuais omissões do Parlamento, mesmo aqueles que não votaram na reeleição de Jair Bolsonaro ou preferiram demonstrar sua aversão aos dois candidatos votando em branco, anulando o voto ou simplesmente deixando de comparecer às Seções Eleitorais, não podemos permitir que o ódio e a violência, física e simbólica, envenenem e invadam a vida política e o ambiente social ou admitir a mitigação do Estado Democrático de Direito. Pedir a retirada forçada de um presidente eleito ou a deposição arbitrária de um membro da Suprema Corte não são reivindicações protegidas pela garantia constitucional da liberdade de expressão, mas sim, traduzem a usurpação de um dos mais significativos pilares da democracia com o intuito de arruiná-la.

Pior ainda, foi a materialização, no último dia 8 de janeiro, do discurso que incentivou os ataques às sedes dos Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - perpetrados por arruaceiros alinhados com as ameaças golpistas que serviram de mote para os recorrentes ataques feitos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro nos quatro anos de Governo, que elegeram atos terroristas como forma de expressar seu descontentamento com o resultado das eleições de 2022, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva e provocar uma possível intervenção das Forças Armadas, numa afronta, sem precedentes, ao Estado Democrático de Direito.

A invasão e o vandalismo nas sedes do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, com imagens produzidas pelos próprios delinquentes, contando, em tese, com a participação ou omissão de agentes públicos que deveriam zelar pela segurança do patrimônio público e a ordem pública prevista nos diplomas legais vigentes, representam mais que a substituição da razão pela ignorância, do protesto pacífico pelo uso ilegítimo da força, simbolizam a barbárie praticada por pessoas que nada tinham de “patriota ou conservadores”, como alguns insistem em identificar os criminosos.

Cabe agora, aos verdadeiros patriotas e pessoas de bem, estar vigilantes e exigir que haja celeridade na identificação de como foram preparados os ataques, quem foram os criminosos, não apenas os que participaram da selvageria nas sedes dos Três Poderes da República, mas também, quem foram os mandantes, os financiadores, os mentores do terrorismo, os cúmplices, os coniventes e os omissos. É papel das Instituições o de reagir. Acompanhar e exigir que não haja contemporização com os delinquentes é atribuição da sociedade. Somente assim vamos poder, insistimos, cidadãos e cidadãs de bem, verdadeiros patriotas, tirar as lições da tentativa da barbárie se sobrepor às Instituições democráticas.

Há muitas lições a serem tiradas dos atos criminosos do 8 de janeiro para que a democracia seja fortalecida e não haja quem se disponha, amanhã ou depois, tentar atentar contra o Estado Democrático de Direito. É fundamental, ter sempre em mente que a loucura dos incentivadores, mentores e terroristas que vandalizaram Brasília, assim como a de Hamlet, parece ter um objetivo definido, que certamente não é o da maioria dos brasileiros e brasileiras de bem.

Não se trata de defender uma “caça às bruxas”, mas de exigir que o ovo da serpente seja abortado para evitar que possa gerar novas serpentes venenosas e letais. Os fascistas, todos eles, indistintamente, somente serão impedidos de patrocinar novos atos terroristas como os de 8 de janeiro se forem exemplarmente punidos.

EXPEDIENTE

Fundado em março de 1998, o
Jornal do Sudoeste é uma publicação da
L M Sudoeste Comunicação Ltda -
CNPJ: 11.535.761/0001-64 e da Agência Sudoeste - Jornalismo,
Assessoria e Pesquisa Ltda - CNPJ: 36.607.622/0001-20



Agência Sudoeste

Jornal do Sudoeste @jornaldosudoeste @jsudoestebahia Jornal do Sudoeste

Conselho Editorial
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Diretora Administrativo/Operacional
Maria Augusta dos Santos e Silva
augusta@jornaldosudoeste.com
(77) 3441-7081 | (77) 99838-6265

Secretária Administrativa
Maira Bernardes Pinto
secretaria@jornaldosudoeste.com
(77) 3441-7081 | (77) 99804-5635

Redator-Chefe
Antônio Luiz da Silva
editor@jornaldosudoeste.com
(77) 3441-7081 | (77) 99838-6283
(77) 98804-8369

Redatores Adjuntos
Gabriela Oliveira

Secretaria Adjunta de Redação
Brenda da Silva
(74) 99102-4991
Anna Bárbara Almeida
(77) 9 8829-2907

Arte/Diagramação
Evandro Maciel Miranda
(77) 3441-7081 / (77) 99805-3982
Vinicius Caires Martins Silva
(77) 3441-7081 / (77) 99827-6604
diagramação@jornaldosudoeste.com
(77) 3441-7081 / (77) 99967-2218

Diagramação/Edição de Vídeo
Vinicius Caires Martins Silva
(77) 3441-7081 / (77) 99827-6604
Evandro Maciel Miranda
(77) 3441-7081 / (77) 99805-3982

jornaldosudoeste.com
Leonardo Santos

Social Media
Mariana Almeida C. Silva

Redação, Administração, Atendimento ao Cliente, Publicidade
Praça Capitão Francisco de
Souza Meira, 164 -
Salas 4 e 5, Centro
CEP 46.100-000 Brumado - BA
Geral: (77) 3441-7081 | (77) 99804-5635

Representantes Comerciais

Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
Luciene Pereira Costa - (77) 99948-3900
(77) 98804-5661
Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
(77) 99806-5282
Shirley Ribeiro Alves - (77) 99968-4997
(77) 98801-3338
Mateus Almeida - (77) 99118-9974
(77) 99993-8406
Mariana Almeida - (77) 99873-1507
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255

Assinaturas

(Municípios de abrangência da circulação): R\$ 80,00/Ano
Assinaturas (Demais cidades):
R\$ 120,00/Ano
Números atrasados:
R\$ 5,00

Abraçência da Circulação

Abaíra - Anagé - Aracatu - Barra da Estiva - Barra do Choça - Belo Campo - Bom Jesus da Lapa - Bom Jesus da Serra - Boa Nova - Boninal - Boquira - Botuporã - Brejolândia - Brotas de Macaúbas - Brumado - Caatiba - Caculé - Caetanos - Caetitê - Canápolis - Candiba - Cândido Sales - Caraibas - Carinhanha - Caturama - Cocos - Condeúba - Contendas do Sincorá - Cordeiros - Coribe - Correntina - Dário Meira - Dom Basílio - Eneuzilhada - Érico Cardoso - Guanambi - Guajeru - Ibiassucê - Ibiçara - Ibitipanga - Ibotirama - Igaporã - Iguai - Ipujiara - Itambé - Itapetinga - Itarantim - Itororó - Ituaçu - Iuiu - Jaborandi - Jacaraci - Jussiape - Lagoa Real - Licínio de Almeida - Livramento - Macarani - Macaúbas - Maetinga - Maiquinique - Malhada - Malhada de Pedras - Matina - Mirante - Mortugaba - Morpará - Mucugê - Muquém do São Francisco - Nova Canaã - Oliveira dos Brejinhos - Palmas de Monte Alto - Paramirim - Paratinga - Piatã - Pindaí - Piripá - Planalto - Poções - Potiraguá - Presidente Jânio Quadros - Riacho de Santana - Ribeirão do Largo - Rio de Contas - Rio do Antônio - Rio do Pires - Santana - Santa Maria da Vitória - São Félix do Coribe - Sebastião Laranjeiras - Serra do Ramalho - Serra Dourada - Sítio do Mato - Tabocas do Brejo Velho - Tanhaçu - Tanque Novo - Tremedal - Urandi - Vitória da Conquista - e Salvador (Governadoria, Casa Civil do Governo da Bahia, Secretaria de Estado de Comunicação Social da Bahia, Secretarias de Estado da Bahia, Assembleia Legislativa do Estado, Agências de Publicidade).

Mar-Mar Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem - 8.000 exemplares

ARTIGOS



André Naves

ANDRÉ NAVES É DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL, ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL; MESTRE EM ECONOMIA POLÍTICA.

Desigualdade social, exclusão e polarização política

A polarização político-eleitoral, que tantos males traz ao desenvolvimento nacional, é uma consequência da nefasta desigualdade social existente em nosso país. Essa desigualdade pode ser percebida em cada grupo ou setor social que se encastelou em bolhas ideológicas incomunicáveis, formadas a partir de diferentes conjunturas e percepções da realidade de cada um.

Condições materiais extremamente distintas levam a incomunicáveis torres de marfim habitadas por setores sociais cada vez mais apartados uns dos outros: é o tecido social que se esgarça, o diálogo que se rompe, e realidades diversas são ignoradas.

Com grupos incomunicáveis, a representação política, que deveria ser democrática, e, portanto, deveria contar com a participação de todos, se torna exclusiva dos setores sociais que possuem influência política. Dessa forma, grupos politicamente dominantes predam os recursos públicos, instituindo políticas públicas exclusivistas e ineficientes, geradoras de privilégios, desvios e deturpadoras das prioridades sociais. Esse mecanismo excludente determina a menor transparência das relações políticas, impulsionando a corrupção.

A desigualdade social leva à políticas públicas corruptas e excludentes. Nascidas no seio da desigualdade social, políticas públicas exclusivistas promovem ainda maior exclusão de setores populacionais já historicamente excluídos, marginalizados ou precariamente incluídos.

Ora, políticas públicas que privilegiam injustamente certos grupos dominantes em detrimento de outros geram sentimentos e ações de ressentimento e revanchismo por parte daqueles excluídos. Onde deveria haver uma relação social de cooperação, vicejam os males da competição destrutiva. Onde os valores do progresso e da inclusão deveriam florescer, a reação à exclusão é a tônica.

A desigualdade social gera a polarização política que, por sua vez, determina estruturas sociais excludentes que realimentam a desigualdade!

Para que a polarização política seja minimizada, faz-se urgente reduzir ao máximo as desigualdades sociais por meio de políticas públicas inclusivas, que ajudem na construção de estruturas sociais sustentáveis, emancipatórias e justas. Dessa maneira, será possível concretizar e aprofundar os Direitos Humanos: cada indivíduo e a coletividade poderão contar com a efetiva e real igualdade de oportunidades!

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO

**Assessoria à Instituições de
Educação Superior,
Escolas, Prefeituras Parecerista
Direito Educacional**

Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl, 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030

71 - 2136-7479 / 98789-0843 / 99917-8500

wanderleyribeiro@bol.com.br

www.professorwanderleyribeiro.adv.br

 **Wilson Filho**
Fotos & Vídeos

**Casamentos Aniversários Formaturas Books
Eventos empresariais Foto porcelanas entre outros.**



Cel.: (77) 99903 0982  wilsonfilho.sinho

 facebook.com/wilsonfilho.sinho

Brumado - BA

Também fechamos eventos em outras Cidades ou Estados.

VEREADORA BOM-JESUENSE FALA SOBRE A BAIXA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A participação das mulheres na vida política brasileira começou há 83 anos. Mais precisamente em maio de 1933, quando na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, pela primeira vez a mulher brasileira pôde votar e ser votada em âmbito nacional. Noventa anos depois, as mulheres são maioria no universo de eleitores do país. Dados do Tribunal Superior Eleitoral apontam que, nas eleições gerais de 2022, o número de mulheres eleitoras era de 82.373.164, o que representa 52,65% do eleitorado. Se os números sobre o eleitorado feminino, a cada eleição maiores, mostram uma evolução na participação das mulheres como cidadãs, entretanto, a ocupação de cargos públicos por mulheres envolvidas na política ainda é historicamente baixa. Assim como no Brasil, Bom Jesus da Serra, como em todos os demais municípios da região, apresenta uma expressiva desigualdade de gênero dentro da política.

No município de Bom Jesus da Serra, desde 13 de junho de 1989, data de emancipação política e administrativa de Bom Jesus da Serra, somente três vereadoras foram eleitas para a Câmara Municipal - Mônica Braga de Oliveira Matos (2004), Jussiane Mascarenhas (2008) e Romilda de Oliveira Santos Carmo (2020).

Para fazer um diagnóstico e falar sobre a participação feminina no Poder Legislativo de Bom Jesus da Serra, onde o eleitorado feminino, que representa 49% dos 8.550 eleitores inscritos, é significativamente restrita, o **JS** entrevistou, com exclusividade, a Psicopedagoga, líder sindical, ex-secretária municipal de Saúde e atual vereadora Romilda de Oliveira Santos Carmo, do PCdoB.



FOTO: REDES SOCIAIS

Vereadora Romilda de Oliveira Santos Carmo (PCdoB)

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: O que justificou a senhora ter escolhido o PCdoB?

ROMILDA OLIVEIRA: No finalzino da década de 90 recebi da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era e segue liderada no município por militantes do PCdoB, a proposta para trabalhar como secretária na Entidade. Na época não tinha nenhum interesse partidário, porém, convivendo com a luta sindical e participando diretamente das ações do Partido no município e com o convite de Cláudio Bastos, Presidente do Partido no município naquele momento, aceitei a filiação e permaneço na militância municipal até os dias atuais

JS: Nos 33 anos de emancipação política, Bom Jesus da Serra elegeu apenas três mulheres para o Legislativo Municipal (Mônica Braga de Oliveira Matos, em 2004; Jussiane Mascarenhas, em 2008, e a senhora em 2020). Nenhuma mulher ocupou a chefia do Executivo. Considerando que o eleitorado feminino do município é de 49%, qual seria, na opinião da senhora, uma explicação ou justificativa racional, para que a mulher bom-jesuense seja tão minoritariamente representada nos espaços de poder?

ROMILDA OLIVEIRA: Na realidade foram eleitas quatro mulheres ao longo destes 33 anos de emancipação política do município de Bom Jesus da Serra sendo Maria Gorete Correia (1992), Monica Braga (2004), Jussiara Mascarenhas (2008) e eu, Romilda Oliveira (2020). Quanto a mulher bom-jesuense ser minoritariamente representada nos espaços de poder é resultado da desigualdade de gênero construída e estimulada há séculos, vemos que as vereadoras que me antecederam desistiram da concorrência no pleito seguinte, apenas a ex-vereadora Monica Braga que tentou concorrer na chapa majoritária, como candidata a vice-prefeita, chapa essa que não conseguiu chegar ao pleito, e maioria destas que chegaram ao Legislativo e não se propuseram a manter na luta política mostra claramente as grandes barreiras existentes para uma maior inclusão feminina e infelizmente essa desigualdade parte tanto do machismo, bem como da falta de reconhecimento, muitas vezes, das próprias mulheres no sentido de garantir um apoio mais decisivo para a classe feminina

JS: Qual é o conceito da senhora para os atuais índices de ocupação de espaços eletivos pelas mulheres no país?

ROMILDA OLIVEIRA: Para se ter ideia, o voto feminino foi autorizado em todo o Brasil pelo Código Eleitoral de 1932, há mais de 90 anos, naquela época as brasileiras então puderam ir às urnas e eleger seus representantes. Entretanto, elegeu-se uma mulher, Carlota Pereira de Queirós, em São Paulo, a deputada pioneira do Parlamento. Se observarmos de lá pra cá, o avanço na conquista das mulheres nas esferas públicas tem seguido a passos muito lentos. Não era mais para a vitória feminina numa eleição ser considerada como fato inédito, era para ser rotina, porém, existe uma força machista e preconceituosa empurrando esse mérito há décadas

JS: Haveria nesse cenário, na opinião da senhora, a força do patriarcalismo e do machismo empurrando as mulheres para fora do eixo das disputas eleitorais, considerando, principalmente, que a maioria das mulheres que conquistam espaços das esferas de poder – Legislativo e Executivo – têm um histórico de poder precedente de pais, irmãos, maridos?

ROMILDA OLIVEIRA: Sim, sim é bem notória essa realidade, a nível nacional, e são raros os históricos de mulheres bem sucedidas politicamente que não tenham um parentesco com um político do sexo masculino

JS: Seria, na opinião da senhora, razoável colocar algum tipo de culpa sobre as mulheres por essa baixa ocupação dos espaços políticos? Por quê?

ROMILDA OLIVEIRA: Não necessariamente, em partes sim, porém são também outros diversos fatores que levam aos mecanismos que estão por trás da exclusão feminina da política

POLÍTICA

JS: Na opinião da senhora, uma maior representação feminina no Legislativo e no Executivo pode melhorar a performance dessas esferas de poder?

ROMILDA OLIVEIRA: Sim, acredito muito nesta perspectiva. Não quero jamais menosprezar a importância da participação masculina, pois, temos grandes homens, que desenvolveram e desenvolvem ações importantíssimas na vida pública, porém, a participação feminina nas instâncias políticas é de fundamental importância, pois, além de garantir políticas públicas de interesse da classe, a presença do mulher no espaço público quebra preconceitos e concretiza a igualdade de gênero tão defendida por muitos.

JS: O que é que diferencia o olhar de poder de uma mulher do olhar de poder de um homem? Ou é impossível medir isso?

ROMILDA OLIVEIRA: A mulher consegue lidar com várias situações ao mesmo tempo e isso a diferencia do olhar de poder do homem. Eu acredito que por ela está no dia-dia ligada diretamente com as questões sociais dentro do seu próprio lar, assumindo o papel de dona de casa, mãe, esposa, educação de filhos, orçamento mensal... Ela consegue então fluir de maneira mais ágil na busca de ideias para desenvolver as políticas sociais, porém, ressalvo a importância da participação do homem, acredito que ambos devem andar lado a lado nesta luta.

JS: O modelo de percentual obrigatório de candidaturas de mulheres a mandatos eletivos contribui ou piora a perspectiva de ocupação de espaços?

ROMILDA OLIVEIRA: Essa questão realmente deixa a dúvida. Eu acredito que depende da interpretação, principalmente da própria mulher. Não admito que a mulher adere a concorrência do pleito político apenas pelo motivo de ocupar cota. É necessário que haja a valorização dela própria para a livre e justa concorrência.

JS: Qual é o papel da Educação no estabelecimento de uma paridade de mandos e poderes entre homens e mulheres? Essa paridade pode ser atingida e alcançada deixando de fora os aspectos educacionais?

ROMILDA OLIVEIRA: Os requisitos atuais tem demonstrado que Educação é essencial para o cumprimento da paridade. No entanto, é a própria sociedade que precisa atuar verbalizando e vivenciando esse conceito em seu cotidiano. Os aspectos educacionais são fundamentais, porém, tudo isso parte principalmente da consciência humana.

JS: É necessário o que mais?

ROMILDA OLIVEIRA: Eu definiria duas palavras-chaves respeito e conscientização.

JS: A senhora vê algum elo causal entre a baixa representatividade feminina na esfera política e o retardo do direito ao voto feminino no Brasil?

ROMILDA OLIVEIRA: Apesar de ter sido tardio desde o início da luta, acho que não. Se observarmos, temos mais de 90 anos de lá pra cá, então considerando o tempo, já era para essa representatividade ter avançado muito.

JS: Os atuais presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva) e governador do Estado (Jerônimo Rodrigues Souza), ampliaram a participação de mulheres no primeiro escalão dos Governos Federal e do Estado, embora ficando longe da paridade. É um bom sinal? Por quê?

ROMILDA OLIVEIRA: É um excelente sinal. Esse incentivo ajudará a população perceber a capacidade da mulher e incentivará a participação daquelas que ainda se sentem inferiores aos homens.

JS: Qual é a avaliação que a senhora faz do mandato no Legislativo Municipal bomjesuense?

ROMILDA OLIVEIRA: O mandato tem sido de forma participativa, ouvindo sempre os anseios da nossa população, venho sempre atuando com outros órgãos parceiros a fim de trazer alguns serviços gratuitos para o bem da população. Podemos destacar aqui algumas ações neste sentido: Feira de Saúde através da Fundação José Silveira; Ações do Sinebahia que englobam diversos atendimentos sociais, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia; locação, perfuração e instalação de poços artesianos, por meio de Associações Rurais, através do Dnocs, sendo que muitas dessas ações vieram a beneficiar diversas mulheres do município. E tenho defendido um debate democrático junto aos colegas do Parlamento, buscando sempre pautar as irregularidades visíveis do Executivo Municipal e desta forma sigo cumprindo o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como busco desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado na eleição de 2020, trabalhando sempre pelo progresso do município.

JS: Como a atuação da senhora na Câmara Municipal poderá incentivar outras mulheres a ingressar na vida pública e disputar um cargo eletivo?

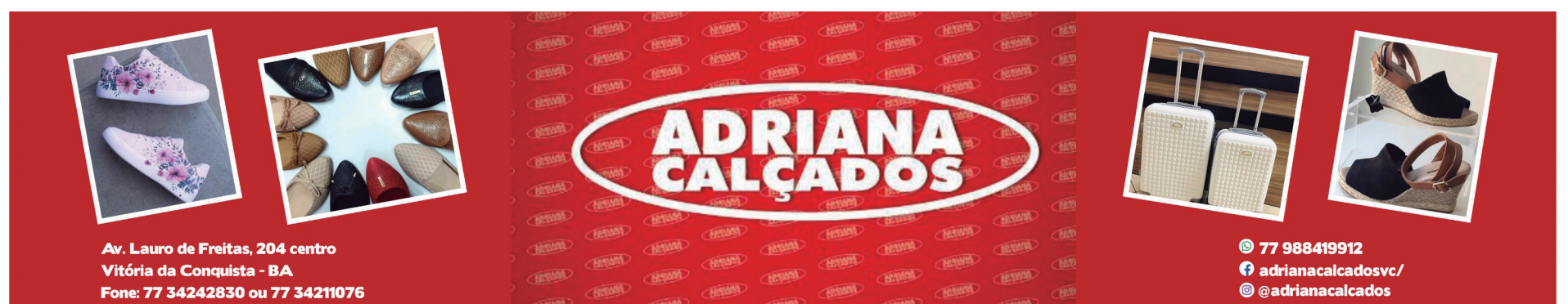
ROMILDA OLIVEIRA: É certo que a desigualdade de gênero, principalmente em desfavor da mulher, num município de porte pequeno é bem mais visível que em cidades de porte maiores. Então uma mulher conquistando esses espaços, sem dúvida, já é um grande incentivo para outras mulheres que pleiteiam essas possibilidades. Porém, não há dúvida de que atuar de maneira participativa no Parlamento e manter minhas demais atribuições, como: responsabilidade familiar, outro trabalho, como é meu caso professora da rede municipal de Ensino... estimulará outras tantas a compreender a capacidade feminina e haverá maior facilidade para abrandar inclusive outras desigualdades recorrentes em nosso meio e incentivará outras mulheres a participação da vida pública.

JS: Qual a mensagem a senhora gostaria de deixar para as mulheres bom-jesuenses e da região?

ROMILDA OLIVEIRA: “Lugar de mulher é onde ela quiser!”. Precisamos sair da zona de conforto e ocupar espaços que são nosso por direito, então lute, sigam firmes e conquistem horizontes.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

ROMILDA OLIVEIRA: Somente agradecer ao Jornal Sudoeste pela oportunidade desta entrevista.



ADRIANA CALÇADOS

Av. Lauro de Freitas, 204 centro
Vitória da Conquista - BA
Fone: 77 34242830 ou 77 34211076

☎ 77 988419912
📌 adrianacalçadosvc/
📌 @adrianacalçados

LICÍNIO DE ALMEIDA

Governo do Estado cede à pressão, após mais de cem dias de interdição, e anuncia pavimentação do trecho da BA-156, em Licínio de Almeida

Obras no trecho da rodovia que serve para escoamento da produção de minério de ferro da Mina da Bahia Mineração, no Distrito de Brejinho das Ametistas, em Caetité, serão iniciadas em fevereiro

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Depois da tentativa frustrada de desobstruir o trecho da BA-156 (Brejinho das Ametistas/Caetité a Licínio de Almeida), que está interrompido por moradores, pequenos produtores e agricultores familiares das Comunidades de Brejo, Barreiro, Louro, Boiada, São Domingo, Riacho Fundo e Taquaril dos Fialhos, na zona rural de Licínio de Almeida, desde 26 de setembro do ano passado, com o apoio da Polícia Militar Rodoviária Estadual, por meio do Tático Ostensivo Rodoviário (TOR) e da Companhia Independente de Policiamento Rodoviário (CIPRV) de Brumado, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, anunciou que as obras de pavimentação asfáltica do trecho serão iniciadas no próximo mês de fevereiro.

FOTOS: IONE ROCHAEL/MAM-BA



A mobilização que culminou com a interdição do trecho da BA-156 teve início dia 27 de setembro

O anúncio do compromisso formalizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, que inicialmente vai executar a pavimentação asfáltica beneficiando diretamente três das sete Comunidades mais impactadas pelo transporte de minério da Bahia Mineração pelo trecho da BA-156, além de assegurar o monitoramento do tráfego de caminhões pela Polícia Rodoviária Militar Estadual, com a exigência de que os veículos transitem com batedores, foi feito no último dia 10, após o encontro entre representantes do Governo do Estado e das Comunidades envolvidas. O encontro contou ainda com a presença de representantes do Ministério Público Estadual e de Entidades Sociais que apoiam a manifestação da população, entre as quais o Movimento pela Soberania Popular na Mineração na Bahia (MAM/BA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras.

Ficou acordado ainda no encontro, que o Governo do Estado, através da Se-

cretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, vai avaliar a possibilidade de diminuir o acesso da Bahia Mineração ao uso da água de um poço artesiano arrendado por ela. Os moradores das Comunidades alegam que o uso abusivo dessa água tem rebaixado o lençol freático, dificultando o acesso à água para consumo humano e animal, e para irrigar as plantações.

Ao JS, a porta-voz dos manifestantes, informou que após a formalização do acordo com o Governo do Estado, a pista da BA-156 foi liberada, mas a comunidade continua mobilizada. “Como o caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público, deliberou-se pela liberação da estrada e a comunidade permanecendo mobilizada e atenta para o cumprimento de tudo que foi acordado. Em caso de violação do acordo por parte do Governo do Estado ou pela Mineradora, vamos denunciar”, apontou.



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE LTDA.

Desrespeito às normas legais, omissão de entes públicos e danos à Saúde dos moradores foram o mote para a interdição da BA-156

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Impotentes diante do imenso tráfego de caminhões com minério extraído da Mina de Pedra do Ferro, localizada no Distrito de Brejinho das Ametistas, em Caetité, que aumentaram significativamente os casos de alergias e doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos, além de danos à produção agrícola, animais de pequeno porte e ao ecossistema, moradores e pequenos produtores familiares de sete Comunidades da zona rural de Licínio de Almeida - Brejo, Barreiro, Louro, Boiada, São Domingo, Riacho Fundo e Taquaril dos Fialhos - depois de esgotar as tentativas de buscar uma solução através do diálogo com a mineradora e os entes públicos (Governo do Estado, Prefeituras Municipais de Licínio de Almeida e Caetité e do Ministério público Estadual), com apoio de Entidades e Movimentos Sociais, interditaram, no dia 26 de setembro de 2022, trecho da Rodovia BA-156, impedindo o escoamento da produção da Bahia Mineração.

O protesto, pacífico, que vinha causando sérios prejuízos à empresa mineradora, que desde de 2020 vem utilizando o trecho de 60 quilômetros entre a Mina (Distrito de Brejinho das Ametistas/Caetité) e a sede do município de Licínio de Almeida, para embarque ferroviário, serviram para expor, ainda, irregularidades que vinham sendo cometidas, com a conivência ou omissão, conforme o Movimento pela Soberania Popular na Mineração na Bahia (MAM/BA), por parte dos órgãos fiscalizadores do Estado e municípios. Entre as irregularidades, o desrespeito a Autorização Especial de Tráfego, que prevê 25 viagens diárias entre a Mina e Licínio de Almeida, sendo que a Mineradora estaria realizando mais de 180 viagens diárias.

Esse expressivo tráfego de caminhões carregados de minério pelo trecho rodoviário não pavimentado, apontam os moradores das Comunidades impactadas, por conta da poeira da estrada e do pó de minério que costuma ser transportado sem que sejam observadas as normas para o transporte de minério a granel, estaria causando problemas graves de Saúde (alergias e doenças respiratórias), afetando principalmente crianças e idosos, comprometendo atividades produtivas, o ecossistema e o lençol freático em razão da exploração de um poço artesiano arrendado.

Sem conseguir um posicionamento da Empresa e dos entes públicos (Estado e Prefeituras de Caetité e Licínio de Almeida), principalmente ao pleito de pavimentação da via, não teria restado aos moradores e pequenos produtores e agricultores familiares das Comunidades de Brejo, Barreiro, Louro, Boiada, São Domingo, Riacho Fundo e Taquaril dos Fialhos, outra alternativa para chamar a atenção e obrigar a abertura de diálogo que não fosse a materializada no dia 26 de setembro de 2022, quando foi obstruída a pista e interrompido o trânsito de caminhões carregados com minério extraído da Mina da Bahia Mineração no Distrito caetiteense de Brejinho das Ametistas.

A mobilização que resultou na interdição da Rodovia BA-156, contou com o apoio do Movimento pela Soberania Popular na Mineração na Bahia (MAM/BA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Brasileira, Consulta Popular, Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar – Licínio de Almeida (Sintraf), Escola Família Agrícola de Licínio de Almeida, entre outras organizações sociais.



Não limite seus desafios, desafie seus limites.

anima
SAÚDE E BEM ESTAR

Rua Vereador Paulo Chaves, 52 - Loja 05 - Residencial Parque das Palmeiras - Bairro Jardim Brasil
Email: animasaudebemestar@gmail.com

 (77) 9 9946-1708  PILATESANIMA  ANIMA PILATES

CORRENTINA

MORADORES RELATAM DESCASO E ABANDONO NO DISTRITO DO ROSÁRIO, EM CORRENTINA

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Criado em 31 de dezembro de 2012, atendendo a uma demanda dos moradores – liderados pelos empresários do incipiente agronegócio – por infraestrutura de serviços básicos essenciais, o Distrito de Rosário, localizado às margens da BR-020 (Brasília/Fortaleza), distante cerca de 200 quilômetros da sede municipal, com uma população estimada em cerca de

14 mil pessoas, das quais oito mil na área urbana, pouco lembra o Povoado de dez anos atrás. Uma das regiões mais produtivas do oeste baiano, tomada pelas grandes lavouras de soja, milho e algodão, tem chamado a atenção do cenário nacional graças ao crescimento da produção e de altos investimentos no setor do agronegócio.



FOTO: FERNANDA CAPPELLESSO - | COMUNICAÇÃO SEM FRONTEIRAS/ARQUIVO JS

Se nos últimos 30 anos, a área plantada de soja no Distrito cresceu mais de 10 vezes, chegando a 371 mil hectares de acordo com a Associação dos Produtores de Soja no Brasil (Aprosoja), responsável por 51,29% do PIB (Produto Interno Bruto) de Correntina, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Ibge), a contrapartida dos investimentos públicos na infraestrutura, Saúde, Educação e Segurança Pública, segundo moradores da localidade, caminha na direção contrária

A 200 quilômetros da cidade de Correntina está o Distrito de Rosário, com vocação reconhecida pela força agrícola, oriunda de sua posição estratégica e da expansão das produções de soja, milho e algodão.



FOTO: ALLAN SANTOS

Uma grande
Redação se faz
com letras
e números.



Matrículas abertas
77 3425 8860 • 3161 1001
www.colegioopcao.com

COLÉGIO **Opção**
Do 6º Ano ao Pré-Vestibular

CIDADES

Mesmo sediando grandes empreendimentos agrícolas, concessionárias de implementos agrários e empresas de insumos e defensivos agrícolas, que geram empregos e renda, o Distrito de Rosário estaria, conforme relatam moradores, abandonado e sendo vítima do descaso da Prefeitura Municipal.

FOTO: REPRODUÇÃO/BLOG DO SIGI VILARES



Morados do Distrito de Rosário denunciam a precariedade da infraestrutura urbana que tem comprometido investimentos e a melhoria da qualidade vida da população.

A ausência do Poder Público, segundo um empreendedor rural que concordou em falar com a reportagem do JS sob reserva, impede que o Distrito avance na ampliação de investimentos e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida da população. Ele enumerou o que considera ausência do Poder Público, apontando que muitos empreendedores já sediados no Distrito e outros que poderiam ser investidos na localidade pela dificuldade,

por exemplo, de abrir uma empresa ou alterar um Contrato Social, já que é preciso deslocar-se para sede municipal, distante duzentos quilômetros, para ter acesso ao Cartório. “Além da falta de uma estrutura educacional e de Saúde que atendam a demanda e do total abandono da infraestrutura urbana, que afasta muitos empreendedores, que para dar um mínimo de conforto e segurança às suas famílias, preferem fixar residência no município de Pos-

se (GO), vinte quilômetros distante do Distrito, que se beneficia de recursos que deveriam estar sendo aplicados no Rosário”, refletiu.

As denúncias, feitas por moradores de diferentes segmentos da população local, repercutidas inicialmente pelo Blog do Sigi Vilares, de Luís Eduardo Magalhães, não só reforçam o que disse o empreendedor rural ao JS, mas já estão sendo importantes para ampliar o número dos que defendem a eman-

cipação política e administrativa do Distrito. Esse processo (emancipação) foi inclusive incluído em um Projeto de Lei (Projeto de Lei Complementar 137/2015), de autoria do ex-Senador da República paraense Fernando de Souza Flexa Ribeiro, à época filiado ao PSDB, atualmente filiado ao Progressistas, que tramita na Câmara dos Deputados desde setembro de 2015 e aguarda, desde 2019, inclusão na Pauta de Votações.

FOTO: [HTTPS://JORNALGAZETADOESTE.COM.BR/](https://jornalgazetadoeste.com.br/)

A proposta do ex-Senador chegou a receber apoio público do então governador do Estado, atual ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa dos Santos (PT), que assinou no dia 30 de setembro de 2018, a Carta de Apoio à Emancipação do Rosário, iniciativa da Associação de Moradores e Agricultores do Rosário (Amprovir) e membros da Comissão de Emancipação do Movimento Rosário Independente.

Na oportunidade, o então governador apontou que a emancipação do Distrito se justificava pela sua autossuficiência econômica, capacidade de atrair novos e grandes investimentos (por ser uma referência nacional no agronegócio) e pela distância da sede municipal (200 quilômetros), entre outros fatores.

Em outra frente, a Associação de Moradores e Agricultores do Rosário (Amprovir) tem desenvolvido esforços para aumentar o eleitorado local. A expectativa é conseguir aumentar dos atuais cerca de dois mil, para pelo



Reunido com lideranças locais e parlamentares, em setembro de 2018, o então governador Rui Costa dos Santos (PT), hipotecou apoio à emancipação do Distrito do Rosário.

menos cinco mil eleitores inscritos, possibilitando, dessa forma, que O Distrito possa influir decisivamente nas eleições municipais e, consequentemente, “ter mais reconhecimento”, como sublinha a Associação.

OUTRO LADO

Ao **JS**, a Prefeitura Municipal de Correntina, por meio de ‘Nota de Esclarecimento sobre as demandas do Rosário’, subscrita pela Assessoria de Comunicação Social, aponta reconhecer a manifestação dos moradores por melhorias no Distrito e que está atenta às demandas e adotando medidas para solucioná-las. “Isso (manifestações da população) faz parte da democracia e, na condição de Governo Municipal, temos o dever de analisar essas demandas e trabalhar para implementar”, pontua a ‘Nota’.

A Administração Municipal destaca que nos últimos dois anos foram feitos e estão sendo realizados importantes investimentos no Distrito do Rosário, elencando, entre outros, a construção de uma “moderna e ampla Escola Municipal”, a formação de parceria com a Parnaíba (Parnaíba – Transmissora de Energia S.A) para construção de uma Creche, construção de moderna Praça e revitalização do Posto de Saúde, entre “outras obras e serviços que estão sendo realizados para melhorar a qualidade de vida da população”.

A ‘Nota’, ao comentar as denúncias referentes a falta de infraestrutura da localidade, aponta que a equipe de Engenharia da Prefeitura Municipal já estaria trabalhando na elaboração dos projetos de escoamento de águas pluviais – que aponta ser a grande dificuldade enfrentada para execução da obra – e pavimentação das vias públicas. O financiamento da obra, segundo a ‘Nota’, será assegurado após a conclusão dos estudos e finalização do projeto.

Finalizando, a Administração Municipal sublinha que a questão relativa à emancipação política e administrativa do Distrito do Rosário é um tema que cabe ao Congresso nacional decidir. “Sob a nossa avaliação a manifestação popular (pela emancipação do Distrito) é legítima e precisa ser analisada por vários aspectos. Não é uma decisão simples e precisa de um debate maior para podermos tomar posicionamento”.

Anuncie
em NOSSO PORTAL

SUA EMPRESA
merece
destaque

Tenha um
retorno
garantido

Ligue:
(77) 3441-7081

Jornal do Sudoeste
Apenas a verdade.



**TURMAS PARA
TODAS AS IDADES**

o ballet
QUE ENCANTA
GERAÇÕES

**MATRÍCULAS
ABERTAS**

Ballet Tchou & Cia

AV. OTÁVIO SANTOS, 725, B. RECREIO,
77. 98818 3120, VITÓRIA DA CONQUISTA



EXTERMINE JÁ
Exelência em tudo que faz!

★ ★ ★ ★ ★

DESENTUPIDORA
Pias,
Tanques, Ralos,
Esgotos,
Vasos, etc...

DEDETIZAÇÃO
Ratos,
Baratas, Formigas,
Cupins, Pulgas,
Moscas, Escorpiões, etc...

HIGIENIZAÇÃO
Caixa d'água,
reservatórios,
desentupimento hidráulico, etc...

10%
DESCONTO NA APRESENTAÇÃO
DESTE PAMFLETO

Aplicação de Gel
Contra:

Baratas
Germanicas
Formigas
Docelras

CRO: 20642195
ALVARÁ SANITÁRIO Nº 0078/2018
ANVISA - 0000722/9301
CORTIF. RAD. Nº 0066

ARBOV
HIDROLIMPP
CONTROLE DE PRAGAS

CERTIFICADOS EM CONFORMIDADE COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

COBRIMOS QUALQUER OFERTA

NÃO COBRAMOS TAXA DE VISITA

PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

ATENDEMOS CONQUISTA E REGIÃO

LIGUE SOLICITE UMA VISITA!

77 3424.5114
77 99109.7419

77 98813.5689
77 99968.4997

www. **extermineja.com.br**

extermineja@gmail.com

alransliva

extermineja



ARTIGOS



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

“Até não ficar nada!”

Esta é uma batalha pelo futuro da humanidade. Se a liberdade de expressão for perdida na América, tirania é tudo que resta à frente. (Elon Musk)

Todos sabem que sou conservador e liberal, nessa ordem. Como conservador sei que não há vida civilizada sem instituições. Há dois séculos a humanidade descobriu que as instituições do Estado comprometem a vida civilizada quando fazem mau uso de seu poder.

Escrevo sobre sintomas que sinto. No caso, como brasileiro, sou paciente dos males nacionais. Pacientes podem discordar das terapias indicadas pelos médicos; jamais, porém, algum discordou dos próprios sintomas. “Doutor, eu não sinto isso que digo sentir”. Ninguém fala algo assim.

Portanto, só uma pessoa alienada como esse doente imaginário, que perdeu também o juízo, não perceberá os sinais de um avanço contra a liberdade de opinião e de algo ainda pior na perspectiva da política. Refiro-me ao oficializado combate à divergência, até que toda a luz da comunicação parta das bem-remuneradas usinas do oficialismo estatal e a divergência acabe a toco de vela e a troco de feira.

Uma a uma estão caindo as cartas da direita “até não ficar nada”, como na canção A Cartomante de Ivan Lins. Alguém poderia imaginar o debate político brasileiro sem Rodrigo Constantino, um analista arguto, lógico, hábil demolidor de falácias e narrativas enganosas? Quem poderia pensar no “Pingo nos Is” em poucos dias reduzido à atual expressão pálida de si mesmo? Que dizer da Jovem Pan, sem Guilherme Fiuza, Augusto Nunes, Caio Coppola, Cristina Graeml, Ana Paula Henkel, Carla Cecato, Zoé Martinez, Marco Antônio Costa? A solitária coincidência entre as dificuldades enfrentadas pela Revista Oeste, Brasil Paralelo, programa Sem Filtro, Gazeta do Povo, JCO e tantos outros é desafinarem da orquestra e divergirem de seu maestro.

Você já percebeu que os principais comunicadores do país que não sejam de esquerda estão perdendo seus canais nas plataformas por decisões judiciais ou delas próprias? E note-se: a tudo que acabo por descrever nestes pequenos espaços de liberdade, somam-se decisões tomadas pelas direções das empresas confessadamente movidas pelo medo – medo legítimo – de ilegítimas e desmedidas sanções. Pense que hoje temos uma forma de exílio digital (!) constringendo comunicadores e parlamentares a usar plataformas no exterior.

Será isso coisa recente? Claro que não. Olhando pelo retrovisor, lá atrás, os grandes grupos de comunicação, ao afinarem seus instrumentos e se tornarem naquilo que o escritor Felix Maier chamou de “imprensa antifas”, no mesmo diapasão e desmazelo ético, despediram seus mais influentes jornalistas não alinhados com as intenções políticas do petismo. Ou isso não aconteceu, ou foram outras coincidências? Pessoalmente, só posso dizer que dessa escalada para a tirania, na rota denunciada por Elon Musk, de fato sinto os sintomas que sinto.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

Assistência Técnica Especializada na Área Contábil para Prefeituras, Câmaras e Autarquias.
Rua Oscar Silva, 15 - Candeias - Vitória da Conquista - BA
Fone: (77) 3422-9161
kmcontabilidade.assessoria@gmail.com / www.kmcontabilidadepublica.com.br

CO TAP
COOPERATIVA DE TRANSPORTE
ALTERNATIVO DE PINDAÍ
Fone: (77) 3667-2365
Av. Antônio Carlos Magalhães, 277 - Pindaí - BA

CENTRO ODONTOLÓGICO
Álvaro Coelho
☎ (77) 3424-5136
📞 (77) 99148-0073
📷 @clinicaalvarocoelho
www.clinicaalvaro.com.br

TRANSTORNOS CAUSADOS POR CHUVAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA AFETAM A VIDA DE MORADORES NA CIDADE

GABRIELA MATIAS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Vitória da Conquista está localizada em uma região com predominância do clima tropical, com temperaturas amenas em decorrência da altitude da cidade, que faz parte do relevo Planalto. Durante o ano, o chamado ‘Chuvadas das Águas’, período com maior volume de chuvas, acontece de outubro a março na cidade, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista,

Em dezembro de 2021, em meio à pandemia da Covid-19 no Brasil, a Bahia vivenciou o que o então governador do Estado, Rui Costa dos Santos (PT), em entrevista à CNN Brasil, classificou como sendo “o maior desastre natural da história da Bahia”. Em Vitória da Conquista, o mês de dezembro de 2021 registrou acumulados de chuvas (entre o dia 1º e o dia 27) que ultrapassaram, e muito, a média de todo o mês. Em algumas Estações Meteorológicas do Instituto Nacional de Metrologia (Inmet), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dezembro de 2021 foi o mês mais chuvoso em Vitória da Conquista há pelo menos 15 anos. Enchentes, rompimento de barragens, desmoronamento de casas e acidentes com veículos, foram alguns dos episódios ocorridos nesse período. Na época, de acordo com dados do Instituto Nacional de Metrologia (Inmet), divulgados pela Prefeitura Municipal, o município foi indicado no Grau de Severidade com Grande Perigo, registrado o risco de a quantidade em chuvas variar entre 60 a 100 milímetros por dia, com ventos acima de 100km/h.

Essa situação trouxe preocupação durante o ano passado, quanto ao mesmo período da “chuva das águas” em Vitória da Conquista que gera transtornos aos moradores. Realidade experimentada por Leiane Oliveira, de 22 anos, moradora da Rua 22, no Bairro Vila Elisa, há 1 ano, que em entrevista ao **JS** relata a condição da localidade: “Com a falta do asfalto a gente fica praticamente ilhado em algumas situações. Tem momentos que é impossível sair de casa em um período chuvoso, sem precisar realmente procurar um espaço aqui e ali para passar, porque quando acumula água, os buracos ficam maiores”, pontua.

Segundo Leiane, o transtorno também afeta a circulação de veículos e as pessoas que residem nesta via, tentam amenizar o problema constante: “Sempre que para de chover um pouco, os moradores com a enxada tentam escoar a água, mas isso não dura. Então logo os buracos voltam, as poças gigantescas. Muitas vezes nem um Uber [Aplicativo de transporte urbano privado] entra e também não passa ônibus na minha rua, é preciso deslocar até um outro local para pegar o ônibus ou Uber”, indigna-se.

Em outro ponto da cidade, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, na periferia da cidade, próximo ao trecho urbano da Rodovia Santos Dumont (BR-116 – Rio/Bahia), uma cratera provocada pelas chuvas na Rua Santa Quitéria, impede o trânsito de veículos, que tem sido obrigado a utilizar um terreno privado para trafegar.

Deiseane Rocha, de 34 anos, fala ao **JS**, sobre os problemas enfrentados diariamente desde quando foi morar, há 12 anos, No Nossa Senhora Aparecida: “A chuva vem, carrega a terra que o pessoal coloca para tampar o buraco com pedra e vai toda para a parte baixa da via, que é toda asfaltada. Fizeram (a Prefeitura Municipal) a mureta de tijolo para justamente parar essa terra, só que a terra é muita e invade a rua, não tem jeito”.

FOTOS: GABRIELA MATIAS



A falta de infraestrutura torna a vida dos moradores da Rua E, no Bairro Vila Elisa, durante os períodos de chuva, um tormento.



Um terreno privado tem sido utilizado pelos motoristas para transitar pela Rua Santa Quitéria – interrompida por uma cratera produzida pelas chuvas – no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

CIDADES

Deiseane não culpa apenas o Poder Público pela falta de infraestrutura do Bairro, mas também o descaso da população que descarta todo tipo de lixo nos buracos, causando, inclusive, por conta da prática de colocar fogo nos resíduos e restos de animais, danos à saúde de crianças, entre outros danos a coletividade. “No buraco (na Rua Santa Quitéria), o pessoal joga lixo, joga bicho morto, aí quando tem muito lixo, quer resolver o problema, põe fogo e a gente tem criança que tem problema respiratório, tem que ficar dando inalação por conta da fumaça; se lava uma roupa, pega fumaça (fuligem), além de atrair urubus”. A moradora disse ainda que já presenciou dois acidentes (na Rua Santa Quitéria), com automóveis. Nos dois acidentes, relata, os motoristas precisaram de ajuda para retirar os veículos da cratera.

Motoristas estão tendo dificuldades de trafegar pela Avenida Crescêncio Silveira, no Centro, por conta dos buracos na pista, causados pelas chuvas.



Além de Bairros periféricos, o incômodo para a população chega ainda à principal área com grande fluxo comercial em Vitória da Conquista, com vias comprometidas, em locais com alto tráfego de veículos, como é o caso da Avenida Crescêncio Silveira, no Centro, que está com as duas vias esburacadas. Situação provocada por fortes chuvas, como relatou ao *JS* o comerciante José Aparecido, de 49 anos, que há mais de 20 anos trabalha no local. Segundo ele, é frequente, a partir do mês de dezembro, mesmo com as intervenções do Poder Público, por meio de ações de tapa-buracos. “Em dezembro começou a esburacar, aí sempre chovendo, vai piorando. Joga uma borra [asfalto] e no outro dia veio uma chuva grossa e não tinha segurado direito e arrancou”.

Na via ao lado, também na Av. Crescêncio Silveira, próximo ao meio-fio, a água escoar e encher d'água a valeta provocada pelas chuvas, desde o período mais forte de chuvas no último mês de dezembro. “Foi afundando de acordo com a chuva, aqui desce uma enxurrada doida, e aí só vai afundando [a valeta]”, destaca o comerciante.

Uma valeta, próximo ao meio-fio na Avenida Crescêncio Silveira, pode provocar danos aos imóveis e risco de acidentes.



OUTRO LADO

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, em resposta a questionamentos da reportagem do *JS*, encaminhou ‘Nota de Esclarecimento’, apontando que são realizados “reparos no asfalto em mais de 50 vias da cidade, com a Operação Tapa-Buracos”, acrescentando que “o trabalho continuará enquanto o tempo se mantiver bom, pois é essencial para o material ser aplicado com eficácia, o que não ocorre em terrenos encharcados ou muito úmidos. Todas as Ruas e Avenidas que tiverem buracos serão contempladas, incluindo as Artérias mencionadas”.

Até a publicação desta matéria, o Instituto Nacional de Metrologia (Inmet), indicava Grau de Severidade em Perigo Potencial, com alerta Moderado quanto ao volume de chuvas para a área que abrange Vitória da Conquista e outras localidades da Bahia. De acordo com o Instituto, a previsão para o final do mês de janeiro será predominante com pancadas de chuvas em períodos isolados do dia.

PARA NOVAS SOLUÇÕES, A
CAPACIDADE DE PROJETAR
FUTUROS DE
sempre

VESTIBULAR
2021
Online ou
nota Enem.

FAINOR
INCLUIRE INDEPENDENTE DO INICIANTE

O que você quer
reinventar?

INSCRIÇÕES GRATUITAS
www.fainor.com.br

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

VITÓRIA DA CONQUISTA

Ato de vandalismo contra Terreiro Casa de Xangô e a realidade da Intolerância Religiosa no cotidiano

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

No dia 21 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa no Brasil. A data foi escolhida em homenagem à Mãe de Santo Gildásia dos Santos e Santos, Mãe Gilda de Ogum, vítima de intolerância religiosa em 1999.

Após publicação de sua foto em um jornal da Igreja Universal do Reino de Deus com o título “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”, seu Terreiro passou a ser alvo de ataques e perseguições. Com problemas de saúde agravados, Mãe de Santo Gildásia dos Santos e

Santos, Mãe Gilda de Ogum, faleceu no dia 21 de janeiro de 2000.

Vinte e três anos depois, a intolerância religiosa – o ato de discriminar ou ofender religiões, liturgias, cultos ou agredir pessoas por conta de suas práticas religiosas e crenças – é uma realidade dos praticantes de religiões, especialmente as de Matriz Africana, muitas vezes desconhecidas ou vítimas de preconceito pela maioria dos brasileiros, mostrando a dificuldade que o país miscigenado e multicultural tem com as diferenças. O que deveria trazer uma sensação de leveza e conexão espiritual se torna motivo de constrangimento e repressão. O

desconhecimento sobre as culturas religiosas e o uso da religião como ferramenta de controle da população e exercício do poder político, que remonta do império Romano, como pontuou Maquiavel na perspectiva da sucessão Rômulo – fundador de Roma, segundo a mitologia romana, no ano 717 a.C. Segundo Maquiavel, o que confere valor a uma religião não é a importância de seu fundador, o conteúdo dos ensinamentos, a verdade dos dogmas ou a significação dos mistérios e ritos. Importa não a essência da religião e sim sua função e importância para a vida coletiva. A religião ensina a reconhecer e a res-

peitar as regras políticas a partir do mandamento religioso. Essa norma coletiva pode assumir tanto o aspecto coercivo exterior da disciplina militar ou da autoridade política quanto o caráter persuasivo interior da Educação Moral e Cívica para a produção do consenso coletivo. O entendimento de Maquiavel explica o espaço e a importância conferida a “religião” na política brasileira e o aumento, em termos estatísticos, por conta da conscientização das vítimas que a prática é tipificada no Código Penal (Artigo 208 do Código Penal Brasileiro) e dos canais oficiais de denúncia (Disque 100), notadamente a partir de 2018.



Na madrugada do primeiro dia de 2023, o Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, localizado no bairro Vila Elisa, em Vitória da Conquista, foi invadido, vandalizado e depredado.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Está triste realidade está presente em nossa região. 2023 já começou com mais um episódio de intolerância, desrespeito e racismo religioso em Vitória da Conquista. Na madrugada do domingo, 1º de janeiro, a Comunidade Tradicional de Terreiro Nzo Reino de Nzazi, conhecida como Casa de Candomblé Axé de Xangô, localizado no Bairro Vila Elisa, foi alvo de vandalismo e depredação do patrimônio, entre objetos religiosos e a estrutura

física do local. O sacerdote que lidera o Terreiro, Pai Lucas de Xangô (Lucas Sousa), declara que havia saído por volta das 21h do dia 31 de dezembro e ao retornar, quase às 02h da manhã do dia 1º de janeiro, deparou-se com a destruição do seu lugar sagrado.

Segundo Pai Lucas de Xangô, responsável pelo Terreiro Nzo Reino de Nzazi, - Casa de Candomblé Axé de Xangô, que mora no Bairro há dez anos, a convivência com os morado-

res da localidade sempre foi pacífica e nunca havia sofrido nenhuma ameaça ou agressão por parte dos vizinhos ou de qualquer outra pessoa. “O Terreiro começou há nove anos atrás, logo quando nos mudamos para o Bairro, há dez anos. O primeiro ano serviu para que pudéssemos organizar tudo. Começamos com um Terreiro de lona. E a gente foi se erguendo, trabalhando, correndo atrás, lutando para construir e chegar onde

a gente chegou hoje”, afirmou o Sacerdote.

Ainda de acordo com o Pai Lucas de Xangô, não há dúvidas que o que teria motivado a invasão e destruição do Terreiro foi a intolerância religiosa, justificada pela forma como o agressor agiu. “Ele deixou a nossa casa de morada intacta, mas o que era mais significativa para gente, ele quebrou. Ele destruiu, ele demoliu tudo”, lamenta Pai Lucas de Xangô.

O acusado de ter cometido o crime foi identificado como Renan Neres Lima, filho de um Pastor da Igreja Pentecostal. Sua identificação foi possível porque durante a ação ele deixou cair seus documentos.

Em relação a essa situação, caracterizada como intolerância religiosa, que expressa a falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar diferenças ou crenças religiosas, definida no Brasil como crime previsto Artigo 20 da Lei Federal nº 7.716/1989, alterada pela Lei Federal nº 9.459/1997, embora a pena para quem comete essas ações - reclusão de dois a cinco anos e multa - considerada branda, não seja eficaz para combater esse tipo de delito.

Dados oficiais do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (hoje Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), revelam que em 2022 foram registrados no Disque 100 (canal eletrônico destinado a denúncia gratuita e anônima de violação de direitos), 545 denúncias de intolerância religiosa.



FOTO: REPRODUÇÃO TV SUDOESTE

O suspeito do ataque ao Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, foi identificado por ter deixado cair no local, em meio às imagens destruídas, documentos de identidade (Cédula de Identidade e Certificado de Reservista).

No episódio do último dia 1º, o suspeito foi conduzido por uma Guarnição da 77ª Companhia Independente de Polícia Militar ao Plantão Central da 10ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior, no Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep), onde foi ouvido e liberado, mesmo tendo admitido o ato criminoso em seu depoimento. “(...) não havia nada de santo, era tudo coisa do demônio”, apontou o suspeito no depoimento, acrescentando que estaria “destruindo tudo a mando de Deus”, reforçando o seu preconceito contra os praticantes de religiões de Matrizes Africanas.

Serviu ainda para mostrar a dificuldade da Polícia em tipificar o Crime de Intolerância Religiosa. No caso de Vitória da Conquista, o Boletim de Ocorrência registrado pela Comunidade Tradicional de Terreiro Nzo Reino de Nzazi (Casa de Candomblé Axé de Xangô), foi tratado, a princípio, pela Polícia Civil como Crime de Dano ao Patrimônio.

Os posicionamentos das autoridades policiais, no entanto, causaram indignação e reação por parte não apenas da Comunidade Tradicional de Terreiro Nzo Reino de Nzazi (Casa de Candomblé Axé de Xangô), mas de

boa parte da sociedade conquistense, principalmente dos adeptos às diversas religiões de Matriz Africana (Veja Box).

Pai Lucas de Xangô refletiu sua indignação, reforçando que não há como não enxergar, na violência praticada, um ato evidente de Intolerância e Racismo Religioso. “Não tem como falar que não foi um ato de Intolerância Religiosa, porque ele só atacou a nossa parte espiritual, ele não acabou com a nossa parte material. O que está mais doendo na gente é isso. Ele já veio com o intuito de destruir o Terreiro”, pontuou Pai Lucas de Xangô.

Não há muito a comemorar no Dia da Intolerância Religiosa, reforça liderança candomblecista

**GABRIELA OLIVEIRA
GABRIELA MATIAS**

jornalismo@jornaldosudoeste.com

No dia 21 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei Federal nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. A data rememora o dia do falecimento da Iyalorixá Mãe Gilda, do Terreiro Axé Abassá de Ogum, em Salvador, vítima de intolerância por ser praticante de religião de Matriz Africana. A sacerdotisa foi acusada de charlatanismo, sua casa foi atacada e pessoas da comunidade foram agredidas. Ela faleceu no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto. Os dados oficiais, no entanto, mostram que há pouco o que comemorar. As denúncias de casos relacionados à Intolerância Religiosa, formalizadas na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do ex- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (atual Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania), através do Disque 100, vem aumentando ano a ano.

Especialistas apontam que a intolerância não é apenas a atitude violenta em relação à manifestação de diferentes expressões da religiosidade, mas também a omissão frente ao desrespeito com os diferentes cultos, rituais e as formas diversas de expressar crenças e comportamentos religiosos de di-



FOTO: REPRODUÇÃO TV SUDOESTE

Pai Lucas de Xangô, coordenador do Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

No dia 21 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei Federal nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. A data rememora o dia do falecimento da Iyalorixá Mãe Gilda, do Terreiro Axé Abassá de Ogum, em Salvador, vítima de intolerância por ser praticante de religião de Matriz Africana. A sacerdotisa foi acusada de charlatanismo, sua casa foi atacada e pessoas da comunidade foram agredidas. Ela faleceu no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto. Os dados oficiais, no entanto, mostram que há pouco o que comemorar. As denúncias de casos relacionados à Intolerância Religiosa, formalizadas na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do ex- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (atual Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania), através do Disque 100, vem aumentando ano a ano.

Especialistas apontam que a intolerância não é apenas a atitude violenta em relação à manifestação de diferentes expressões da religiosidade, mas também a omissão frente ao desrespeito com os diferentes cultos, rituais e as formas diversas de expressar crenças e comportamentos religiosos de diferentes grupos sociais. E destacam que os aumentos das denúncias estão diretamente ligados a dois fatores, o aumento da consciência de direitos entre as lideranças afro-religiosas e o contexto geral de intolerância na sociedade.

Para o sacerdote responsável pelo Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, Pai Lucas de Xangô, a data é muito importante e representa todos os Terreiros de Candomblé, embora haja muito pouco a comemorar.

Na opinião do sacerdote candomblecista, todos os Terreiros de Matriz Africana deveriam se unir para combater os atos de intolerância e fazer valer o que diz a legislação vigente, inclusive, promovendo manifestações [carreatas e caminhadas], e realizando seus rituais sem demonstrar medo. Ele defende ainda, que as Religiões de Matriz Africana, assim como outras religiões cristãs, sejam reconhecidas pelo Poder Público e seja destinado um local público para oferecer um espaço para que os umbandistas e candomblecistas, além dos praticantes de outras religiões de Matriz Africana, possam realizar seus rituais e exercitar a fé. “Acho que deveria ter, aqui em Vitória da Conquista, uma Praça dos Orixás, assim como temos a Praça da Bíblia, que serviria para que pudéssemos ser reconhecidos pela sociedade e dar visibilidade para a Lei (Lei Federal nº 7.716/1989, alterada pela Lei Federal nº 9.459/1997)”, pondera.

O que dizem representantes de outras denominações religiosas sobre o aumento dos casos de Intolerância Religiosa

FOTO: DIVULGAÇÃO

GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Intolerância Religiosa é uma forma de violência, física e material – que resultam na agressão dos praticantes e na destruição de Terreiros e Casas de Candomblé e Umbanda e de Templos e Igrejas de diferentes denominações cristãs - ou simbólica – através de agressões verbais, da difamação, da demonização e da exclusão social – que tem por objetivo a negação e a supressão de uma religião em detrimento de outra. Ou seja, é um caso de preconceito associado a algum tipo de violência em que se pretende negar a existência de religiões específicas. No Brasil, as religiões afro-brasileiras são o exemplo de religiões que sofrem com a intolerância religiosa, embora haja registros de agressões a outras religiões, notadamente as denominações evangélicas.

Dentro da crença de cada pessoa, o preconceito deve ser combatido para impedir que aconteçam situações como o ataque de vandalismo contra o Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô.

Diante da repercussão do caso de vandalismo que vitimou o Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, na madrugada do último dia 1º de janeiro, a reportagem do **JS** ouviu lideranças de diferentes religiões de Vitória da Conquista, que falaram sobre a intolerância religiosa e as relações inter-religiosas e como a questão da intolerância tem sido tratada.

O Pastor Mauro Sérgio de Oliveira, teólogo há 16 anos, Pastor Presidente da Igreja Atos 2 em Vitória da Conquista, esclarece sobre a visão compreendida dentro do Protestantismo, popularmente conhecido como a religião Evangélica, em sua relação com outras crenças, de que não há estudo específico sobre o assunto, mas é declarado o respeito a existência de todas as religiões: “O Ensino é voltado para que haja o devido respeito a condição da crença da pessoa, a visão de que cada um busca aquilo que crê. A forma de crença deve ser respeitada e tolerada”.

O Pastor Mauro Sérgio de Oliveira conclui afirmando que “a palavra preconceito por si só já assusta. Em todos os ambientes, inclusive dentro dos nossos próprios lares. Então o ensinamento é esse. É o respeito. Deve-se respeitar e ter um verdadeiro sentimento pelo seu próximo, assim como o Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo ensinou”.

A religião Católica também traz o olhar sobre outras crenças, de acordo com a escolha e a fé de cada ser humano, como explica o Padre Ariosvaldo de Jesus Aragão, teólogo há 13 anos e Pároco na Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias, em Vitória da Conquista: “O respeito é fundamental para compreender que cada pessoa tem o direito de viver a sua fé e de ser respeitado o que acredita. Essa é a maneira em que a Igreja vive e anuncia o evangelho de Jesus Cristo”.



Padre Ariosvaldo de Jesus Aragão, Pároco na Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Para o sacerdote, a orientação da Igreja Católica é que haja, na relação com praticantes de outras religiões, acima de tudo respeito, lembrando que todos, independentemente de sua fé e dos ritos que acredita, devam ser respeitados. “É inadmissível uma pessoa que se diz cristã ser incapaz de amar, ser incapaz de respeitar. Então eu creio que nenhum preconceito pode existir onde há amor, onde há respeito, onde há tolerância”, sublinhou.

Simone Souza, Mãe de Santo do Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô.



FOTO: REPRODUÇÃO TV SUDOESTE

Simone Souza, Mãe de Santo no Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, está muito abalada com os atos de vandalismo praticados contra o Terreiro. Com a saúde já fragilizada, a Mãe de Santo, desde o dia 1º de janeiro, tem tido, inclusive, dificuldades para se alimentar. Ela não só lamenta, como faz questão de deixar clara sua indignação com a destruição do terreiro., que reforçou, está sempre aberto para todos, sem qualquer restrição para a religião daqueles que batem à porta. “Nós nunca fechamos as portas para um cristão! E nunca fechamos as portas para pessoas da nossa religião também. Agora os cristãos criticam a gente, criticam quando fazemos festas e quando fazemos rituais aqui não criticamos eles. Estou muito sentida. Mas é coisa da vida, ele [o agressor] é um abençoado de Deus, jamais eu vou excomungar ele”.

A família de Renan Neres, acusado pelo crime, alega que ele tem problemas mentais, porém, Simone e Pai Lucas pedem que os laudos que comprovem tais distúrbios sejam apresentados.

Os representantes de cada crença transmitem opiniões relacionadas a doutrina, e quem pratica a fé, carrega a cultura social na qual está inserida, como Vilma Carvalho, 53 anos, que foi educada por pessoas da religião Espírita, mas há 10 anos frequenta a Igreja Católica: “Depois que o meu filho entrou na Igreja, quando ele era pequeno, para batizar tinha que entrar na Catequese, e por isso através dele que a gente começou e até hoje estamos participando”.

O racismo religioso é uma realidade recorrente em Vitória da Conquista, pontua Ialorixá Mãe Rosa de Oxum

GABRIELA MATIAS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

A Ialorixá Rosilene Sousa, de 48 anos, que há 20 anos é candomblecista e Mãe de Santo (Mãe Rosa de Oxum) há 14 anos no Terreiro Ilé Asé Alaketu Omí Ógbá, em Vitória da Conquista, já atuou na Coordenação do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e também na Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia na região Sudoeste, promovendo auxílio social à Comunidades Quilombolas, LGBTQIAP+ e grupos de diversas religiões.

A Ialorixá relata que já sofreu com atos de intolerância religiosa que não resultaram na penalização dos criminosos. Há mais de 5 anos, quando entrava em um shopping da cidade, vestida com adornos religiosos, foi julgada por um funcionário de uma loja de forma preconceituosa a sua religião: “Um funcionário me disse ‘bom dia, ei ei ei...’. Eu não olhei, depois ele disse ‘psiu’, quando eu olhei ele disse: ‘Jesus está voltando’. Eu sei porque ele estava falando aquilo para mim e, como resposta, disse que ‘Essas coisas de Satanás (referindo-se aos adornos religiosos) vai acabar tudo, vocês vão ser queimados!’”.

Mãe Rosa de Oxum relata ainda que foi ao Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep) de Vitória da Conquista e registrou o Boletim de Ocorrência, mas não houve avanço no processo contra o crime. Em 2019, ela viveu mais uma situação de violência praticada por um Pastor Evangélico que mora próximo ao Terreiro Ilé Asé Alaketu Omí Ógbá e ministra em duas Igrejas Evangélicas localizadas na mesma rua, no bairro Vila América. Segundo a Ialorixá, foram proferidas palavras de racismo e preconceito LGBTQIAP+ contra ela: “Ele disse que só vai morrer quando acabar com esse antro de nigrinhas do Satanás”, referindo ao Terreiro.

De acordo com a Mãe Rosa de Oxum, os ataques continuam. Em 2021 o mesmo Pastor, de forma pejorativa, a chamava de “Sapatão” (lésbica), além de referir-se às celebrações do Candomblé de forma preconceituosa. O caso, relata a Ialorixá, foi denunciado no Disep, mas as investigações não avançaram e o criminoso continua impune.



FOTO: GABRIELA MATIAS

Mãe Rosa de Oxum, em seu Terreiro Ilé Asé Alaketu Omí

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Em protesto em frente ao Disep, Povo de Santo cobra apuração e punição do acusado de vandalizar o Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô

GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Após o ataque ao Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, ocorrido na madrugada do último dia 1º de janeiro, o Povo de Santo e simpatizantes de religiões de Matriz Africana, se reuniram em um ato de solidariedade e apoio ao Pai Lucas de Xangô, na porta de acesso ao Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep). O objetivo da manifestação, pacífica, também foi cobrar o aprofundamento das investigações e punição do acusado de racismo religioso.



FOTO: GABRIELA OLIVEIRA

Manifestantes protestam em frente ao Disep por respeito às religiões de Matrizes Africanas.



Portando cartazes cobrando Justiça e ao som de atabaques, cânticos e danças, os manifestando reforçaram o sentimento de indignação que tomou conta dos praticantes de religiões de Matriz Africana e de outras religiões com o ato de violência contra o Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, caracterizado, inclusive pelo depoimento do acusado, como intolerância e racismo religioso, exigindo que as autoridades policiais aprofundem as investigações e que o agressor seja punido com base na legislação vigente.

Causou revolta na comunidade e justificou a mobilização e realização do ato de protesto em frente ao Disep o fato do agressor ter sido conduzido ao Plantão da Polícia Civil e, apesar de ter assumido a autoria da violência, não ter sido preso, sinalizando para que fique impune, como sublinhou Pai Lucas de Xangô, Coordenador do Terreiro vandalizado. "Estamos aqui hoje, protestando, em busca de Justiça! Esse ato de racismo religioso que fomos vítima não pode ficar impune", apontou Pai Lucas de Xangô, acrescentando que, em sua opinião, não há como admitir que o agressor, que foi conduzido à Delegacia de Polícia e confessou o crime, continue impune.

Ao JS, o sacerdote candomblecista ressaltou ainda que a manifestação teria como mote demonstrar a repulsa dos praticantes das religiões de Matriz Africana e representantes de Movimentos Sociais e da Comissão de Igualdade Racial da Subseção Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB/BA), à tipificação do crime, pela Polícia Civil, como dano ao patrimônio, quando as evidências, corroboradas pelo depoimento do acusado, demonstram ter havido "crime de intolerância e racismo religioso". Para Pai Lucas de Xangô, reforça mais ainda a certeza de que o agressor agiu motivado por intolerância e racismo religioso, o fato de não ter invadido e vandalizado a casa de morada, que fica no mesmo local onde está sediado o Terreiro.

Presente ao ato de protesto, a advogada, presidente da Comissão de Igualdade Racial da Subseção Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB/BA), Maria Aparecida Rocha Carvalho, manifestou não somente solidariedade ao sacerdote candomblecista e comunidade do Terreiro vandalizado, mas reforçou que a Instituição vai acompanhar os desdobramentos das investigações policiais. "Estou aqui justamente para dar esse apoio, já começamos no primeiro dia do ano com uma situação de intolerância religiosa, que não é uma situação isolada, nosso país vem tendo muitos casos, agora que a gente está tendo questões mais visíveis, mas durante todo esse período histórico nós sofremos com situações de intolerância", pontuou a advogada.



Maria Aparecida Rocha Carvalho, presidente da Comissão de Igualdade Racial da Subseção de Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB/BA).

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A presidente da Comissão de Igualdade Racial da Subseção Vitória da Conquista da OAB/BA, apontou a necessidade de acompanhar de perto as investigações, principalmente pelo fato do crime estar sendo tratado como dano ao patrimônio, quando as evidências reforçam tratar-se de um crime de intolerância e racismo religioso. “É preciso estarmos de mãos dadas para dar um basta nesse tipo de situação. Esse caso está sendo tratado como dano ao patrimônio, mas temos a consciência que foi racismo religioso”, sublinhou.

De acordo com a advogada, embora os dois espaços existiam no mesmo lugar (a casa de moradia e o Terreiro), apenas o Terreiro foi violado, deixando evidente a motivação do crime. “É uma violação ao sagrado, é uma violação a cultura e também a própria religião, que é um dos fundamentos da nossa Constituição, você ter a liberdade de ter a sua religião e seguir as suas doutrinas da forma que tem que ser. E as religiões de Matrizes Africanas são muito violadas, são muito criticadas e às vezes chega às vias de fato. Precisamos dar um basta nisso e a OAB está aqui para que outras situações como essa não voltem a acontecer”, concluiu.

Também presente ao ato no Disep, o advogado, professor universitário e candomblecista Alexandre – Xandó – Garcia Araújo (PT), que vem acompanhando desde o início o ataque ao Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, afirmou, ao **JS**, que esse é um momento de dor e indignação, destacando que sua presença no protesto, além de servir para prestar solidariedade ao Pai Lucas de Xangô e a Comunidade do Terreiro, assegurou também a disposição do seu mandato parlamentar para acompanhar os desdobramentos da investigação da Polícia Civil. “Hoje estamos aqui mostrando que vivemos em um Estado Democrático de Direito, que temos que ser respeitados. É um momento de reparação histórica com a nossa ancestralidade que foi perseguida e que foi criminalizada, que foi morta nas mãos dos Capitães do Mato e também da Instituição Policial ao longo da história... A nossa religião não é menor do que nenhuma, ela é igual a todas as outras”, disse o parlamentar.

Pai Lucas de Xangô e Mãe Simone recebem o apoio do vereador Alexandre Xandó e da OAB de Vitória da Conquista e do povo de santo, em protesto por justiça e respeito.



FOTO: GABRIELA OLIVEIRA

O petista Alexandre Xandó pontuou ainda que as denúncias de crimes de intolerância religiosa não estão a devida atenção das autoridades do Disep. “Todos esses crimes têm ficado engavetados e não têm sequer sido encaminhados para o Ministério Público”, apontou, lembrando os casos de Mãe Rosa de Oxum, que foi agredida por um indivíduo de outra religião e que na época foi dito que era “briga de vizinhos”, assim como o caso do Babalorixá Pai Loro (Terreiro de Candomblé Ilé Alaketú Asé Omi T’Ogun), em que um indivíduo chegou a casa dele tocando louvor gospel. O caso foi tratado como perturbação do sossego. “A gente tem esse caso agora, que é um caso absurdo, de destruição de um Terreiro, e isso está sendo tratado apenas como um Crime de Dano ao Patrimônio. Nós temos que entender que isso é um crime de intolerância religiosa, é nisso que está o racismo, racismo chamado institucional, quando as Instituições do Estado não enxergam que há aqui um problema relacionado a uma religião, é uma religião de Matriz Africana”, refletiu.

Após os atos de protesto, uma Comissão foi ouvida pelo Coordenador da 10ª Coordenadoria de Polícia Civil do Interior, Delegado Fabiano Santos Aurich.



O Delegado Fabiano Santos Aurich, titular da 10ª Coordenadoria de Polícia Civil do Interior, recebeu uma Comissão para ouvir as ponderações dos manifestantes.

FOTO: BLOG DO ANDERSON

Segundo o vereador Alexandre – Xandó – Garcia Araújo (PT), que participou da Comissão, que apesar do entendimento da Polícia Civil, após ouvir o acusado, que se tratava de Crime de Dano ao Patrimônio, mas a abordagem pode ser alterada com a instauração de um Inquérito Policial para investigar a depredação do Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô, que permitirá que as circunstâncias do crime sejam averiguadas e testemunhas ouvidas novamente.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

“Nós (adeptos de religiões de Matriz Africana) não queremos ser simplesmente tolerados, nós queremos ser respeitados”, diz Alexandre Xandó

GABRIELA OLIVEIRA

redacao@hornaldosudoeste.com

Intolerância é a incapacidade em aceitar o que é diferente, é não tolerar opiniões ou práticas que se diferem das suas e muitas vezes são seguidas de atitudes preconceituosas e até mesmo violentas. A Intolerância Religiosa, que se confunde com o Racismo Religioso, é quando não existe respeito à religião do outro, a exemplo das religiões afrodescendentes, que recorrentemente tem seus ritos e seus adeptos demonizados. Os casos de preconceito e discriminação de pessoas por conta de sua opção religiosa tem se multiplicado nos dias atuais no Brasil, embora esse fenômeno aconteça no mundo todo e está presente em quase todos os momentos da história. A religião, como mostra a História, já foi e ainda é motivação para guerras e conflitos.

No Brasil, a liberdade religiosa no Brasil é destacada na Constituição de 1988, onde é mencionado que, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Porém, algumas práticas e culturas religiosas ainda são consideradas um tabu na sociedade.

“Diálogo, tolerância e respeito”. Esses são os objetivos que devem ser perseguidos e tem sido mote do mandato do vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo (PT) para viabilizar e promover encontros com a participação de lideranças e representantes de diferentes religiões para conscientizar a sociedade para a importância da liberdade religiosa.

O advogado, professor universitário, ativista social e vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo (PT), que é adepto do Candomblé, reforça a importância do diálogo, da tolerância e do respeito para que a sociedade possa entender a importância da liberdade religiosa.



FOTO: ASCOM/CMVC

Desde o último dia 1º, quando a Comunidade Tradicional de Terreiro Nzo Reino de Nzazi - Casa de Candomblé Axé de Xangô - localizada no Bairro Vila Elisa, em Vitória da Conquista, foi invadida e vandalizada, o vereador Alexandre - Xandó - Garcia Araújo (PT) tem estado ao lado dos candomblecistas agredidos, participando, inclusive, do ato de protesto realizado no Distrito Integrado de Segurança Pública para exigir que o caso seja tratado como Intolerância e Racismo Religioso e não como estaria sendo, de Dano ao Patrimônio.

Na última semana, o advogado, professor universitário, ativista social e vereador com assento na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, petista Alexandre - Xandó - Garcia Araújo, que também é candomblecista, concedeu entrevista exclusiva ao JS, para falar sobre a Intolerância Religiosa.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: Como podemos definir o que é Intolerância Religiosa?

ALEXANDRE XANDÓ: A prática de Intolerância Religiosa se dá quando uma pessoa desrespeita a outra em decorrência de ela praticar uma determinada religião ou não praticar nenhuma. Então, é preciso deixar claro que isso protege a todas as religiões, inclusive aquelas pessoas que não tem religião e essa prática de intolerância religiosa, como é chamada, ela na verdade tem uma previsão legal, que é na Lei nº 7.716, que é de 1989, que é Lei de Combate ao Racismo. E lá vai estar previsto que é crime quando uma pessoa discrimina a outra por conta da sua religião.

JS: A Constituição Federal, em seu Artigo 5º, Inciso VI, assegura ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Por que, na opinião do senhor, essa norma constitucional não tem sido respeitada?

ALEXANDRE XANDÓ: No Brasil nós temos um fenômeno muito específico que é com relação às religiões de Matriz Africana. Nós temos vários dados que apontam que a maioria dos casos de ataques a religiões no Brasil se dão justamente contra religiões de Matriz Africana, que são religiões com número de adeptos pequeno se comparado às outras. Então, proporcionalmente, se formos observar a quantidade de pessoas que são praticantes dessas religiões como candomblé e umbanda e a quantidade de ataques que sofrem, a proporção é muito alta, a quantidade de ataques. E é por isso, inclusive, que o Movimento Negro vem trazendo uma discussão, que na verdade não se trata de Intolerância Religiosa, mas sim de Racismo Religioso, porque nós vivemos num país constituído sob o Racismo Estrutural. Então a gente percebe que o Racismo se dá em diversos espaços e de diversas formas: dentro das Instituições, dentro do mercado de trabalho. E justamente esses ataques que existem à Umbanda, ao Candomblé se dão pelos elementos afro-brasileiros. Então, a forma como nós vemos se destacar com relação a religião de Matriz Africana, associando aos demônios é pelo fato de ser a religião do povo negro. É tanto que se fala muito em ‘Magia Negra’, é colocada como uma sub-região, como uma religião do demônio, isso vem lá de trás. É todo um processo histórico que foi construído. Quando vemos a expressão como por exemplo “chuta que é macumba”, tem ligação direta com o racismo. Então por isso que usamos o termo Racismo Religioso e não Intolerância Religiosa.

JS: O que o senhor diria que deva ser feito para que a norma constitucional seja efetivamente respeitada?

ALEXANDRE XANDÓ: Vale destacar também outra discussão que nós de Matriz Africana apontamos é que nós não queremos ser simplesmente tolerados, nós queremos ser respeitados, porque tolerar é como se estivéssemos fazendo algo errado, você tolera algo de errado que está acontecendo e faz mea culpa. Nós não queremos ser tolerados, nós queremos ser respeitados pela forma como nós existimos.

JS: Além do direito assegurado na Constituição Federal, a Lei que criou o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, que este ano completa dezesseis anos, é inegavelmente um marco. O senhor diria que é possível dizer que houve avanço nesse período? Qual é a importância de um dia como o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa no Brasil?

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

ALEXANDRE XANDÓ: O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi criado pelo Governo Lula, justamente por conta de agressões que levaram à morte de Mãe Gilda, em Salvador. No Brasil a gente não vê tanto as outras religiões se manifestando nesta data, principalmente as Religiões Matriz Africanas. Aqui em Vitória da Conquista, por exemplo, nós fazemos a chamada Alvorada dos Ojás onde são amarrados panos brancos nas árvores justamente para pedir a paz, pedir o respeito entre as diversas religiões, a gente vê que as outras religiões não se envolvem tanto. Justamente por não serem tão vitimadas como as religiões de Matriz Africana. Esse é um marco importante, é um marco que mostra que o problema existe, mas que nós precisamos avançar principalmente na perspectiva de políticas públicas de combate a esse processo. E isso vai se dar essencialmente pela Educação. Nós tivemos muitos avanços com a instituição da legislação nos Governos do PT que instituiu a obrigatoriedade do Ensino da História Africana e Indígena nas Escolas brasileiras. Então, temos esse avanço. Então é um dos principais mecanismos que temos para combater esse Racismo Religioso. Mas nós vemos a dificuldade de implantação dessa Lei, porque acaba dependendo muito de quem está à frente da Escola, do professor, se ele busca ali, está se informando ou não. Nós ainda temos vários problemas com pais e alunos que criam problemas quando são passados trabalhos em Escolas que envolve os Orixás, que envolve as Entidades da Umbanda. Então, esse é um processo que é e vai ser muito longo, mas que perpassa pela Educação".

JS: Lamentavelmente, às vésperas do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, assistimos em Vitória da Conquista atos de vandalismo contra uma Casa de Candomblé. O senhor diria que esse é um caso isolado ou faz parte de uma escalada de violência conectada ao momento político e social do país?

ALEXANDRE XANDÓ: Quando nós soubemos da destruição do Terreiro Casa de Xangô, do Tata Lucas, foi algo muito doído, porque na verdade, em Vitória da Conquista a gente vem presenciando já vários casos. Não de destruição, mas casos de ataques. Desde uma Ialorixá, uma Mãe de Santo, que foi agredida por um Pastor, nós tivemos também um caso de indivíduos que ficam na Praça do Acarajé onde tem várias baianas que são de Santo, e indivíduos ali com caixas de som proferindo insultos às Religiões de Matriz Africana, também gente que fica pregando no Terminal de Ônibus (Estação Herzem Gusmão, na Avenida Lauro de Freitas) e que acaba proferindo ofensa contra as Religiões Matriz Africana. Nós já tivemos outras denúncias também de Terreiros que tiveram seus telhados apedrejados. Um outro caso na Casa de Pai Loro (Terreiro de Candomblé Ilé Alaketú Asé Omi T'Ogun, no Bairro Brasil), quando o indivíduo parou com um carro de som na porta do Terreiro e ali ele liga um louvor com carro de som na porta do Terreiro. Então, na verdade, a gente já vem com vários atos desse acontecendo em Vitória da Conquista e o Ministério Público não toma providências. Nós inclusive tivemos uma reunião no ano passado para tratar sobre isso, o Ministério Público não tomou providências adequadas, os crimes ficam engavetados na Delegacia (Polícia Civil). Então, na verdade isso aí faz parte de um contexto de uma série de ações que já vem acontecendo em Vitória da Conquista, que infelizmente as autoridades não tomam providências. Só que nós não tínhamos visto ainda nenhuma situação tão brutal como essa aqui em Vitória da Conquista. Mas isso são casos que são recorrentes no Rio de Janeiro, em São Paulo, inclusive associados com o tráfico. A gente já viu aí casos de traficantes invocando inclusive o nome de Jesus. São traficantes que vêm de Religiões Cristãs, Fundamentalistas e que quebram os Terreiros, apontando-se em nome de Jesus. Tem vários casos desses, pessoas que foram queimadas. Enfim, são casos muito graves que acontecem em todo o país e que nós precisamos de um grande esforço nacional para enfrentar isso. E eu acredito que o presidente Lula já chega agora, inclusive tomando uma posição importante, que foi um dos atos do seu Governo, com a criação do dia 21 de março, dedicado às Tradições Africanas e ao Candomblé, como já mostrou aí para que veio esse Governo. A gente tem também a ministra da Cultura, a Margareth Menezes, que é adepta do Candomblé.

JS: O senhor tem um papel de destaque na sociedade. É advogado, professor universitário e vereador, além de ativista social. Como as pessoas recebem a informação de que o senhor pertence a uma Religião de Matriz Africana?

ALEXANDRE XANDÓ: Eu frequento Terreiros de Candomblé e de Umbanda aproximadamente desde o ano de 2013, 2014, muito mais numa perspectiva de militância, de valorização da Cultura, de achar um espaço bonito, um espaço agradável, mas não pertencia a religião. A partir de 2020 que eu fui suspenso por Oxóssi e Ogã, que é um cargo dentro dos espaços da Religião de Matriz Africana e me torno então filho de Santo, mas ainda é um processo muito recente, inclusive irei realizar minha Iniciação [que representa um renascimento, um novo começo, a pessoa está nascendo novamente, nascendo para o Orixá], na verdade a minha confirmação (no Candomblé), enquanto Ogã esse ano. A minha ligação mais direta com a religião, essa exposição enquanto adepto do Candomblé, ela ainda é muito recente.

JS: O senhor já sofreu com a Intolerância Religiosa? Como o senhor se posiciona sobre essa questão?

ALEXANDRE XANDÓ: Como eu já tenho quase dez anos caminhando pelos Terreiros, na verdade a gente sempre vê olhares atravessados, pessoas que questionam essa nossa relação, que também é uma relação que se dá com outros grupos marginalizados, como trabalhadores rurais sem-terra, como a população LGBT, travestis, como as pessoas que estão privadas de sua liberdade. Então, sempre fiz esses trabalhos com esses grupos que são marginalizados pela sociedade, pelo grosso da sociedade conservadora. Então, na verdade sempre enfrentei essas situações, mas assim, eu não passei por algo tão grave como outros irmãos e irmãs da religião passaram. Mas é muito perceptível, por exemplo, em minhas redes sociais, quando eu posto determinados conteúdos mais ligados à religião, de imediato a gente já vê a quantidade de seguidores que deixam de nos acompanhar. Recentemente a análise de dados mostra que eu perdi cerca de 100 seguidores, quando eu postei uma série de fotos fazendo uma Oferenda. Fizemos os presentes das Iyabás (Orixás femininas) e deixamos na água, uma cerimônia muito tranquila, que se assemelha ao que acontece no dia 2 de fevereiro, Dia de Iemanjá, em Salvador. Então, foram balaios de flores levados para a natureza e para as águas. E a gente viu uma quantidade de seguidores deixando de seguir justamente por causa dessa intolerância, dessa falta de respeito à religião do outro. Que é tão insuportável a ponto de uma pessoa deixar de seguir a outra numa página do Instagram por causa disso.

JS: Como tornar mais visível esses episódios de Intolerância Religiosa?

ALEXANDRE XANDÓ: Eu compreendo que por ter esse papel de visibilidade, de destaque na sociedade, compreendo que eu tenho um papel ainda mais forte de estar dando de fato visibilidade, de levantar a pauta, de andar com as minhas contas, de abrir espaço para nossos irmãos para mostrar como de fato são as Religiões de Matriz Africana porque a gente precisa, através da Educação. A Educação é mostrar a existência dessas pessoas, que não são pessoas más, que não são do diabo. Pelo contrário, são pessoas boas. Então, compreendo esse papel.

JS: Como as diferentes religiões têm se organizado para combater a Intolerância?

ALEXANDRE XANDÓ: O que a gente tem buscado, principalmente com outras religiões, é esse chamado diálogo inter-religioso. Nós temos feito um trabalho forte com Pastores Evangélicos, ainda não são muitos, mas já existem alguns Pastores Evangélicos aqui em Vitória da Conquista que tem feito essa parceria com a gente, que a gente vai para as Igrejas dialogar com as pessoas, a gente traz essas pessoas das Igrejas para outros espaços. Fizemos recentemente um ato muito bonito na Câmara de Vereadores, no Novembro Negro, onde estivemos com uma mesa composta por uma Ialorixá, por um Babalorixá, um Padre, um Pastor em um momento de comunhão. Temos feito essas discussões também no âmbito do Conselho Municipal de Igualdade Racial. E o que a gente quer é que as pessoas compreendam que essa luta precisa ser travada nos diversos espaços.

JS: Onde é possível denunciar casos de Intolerância Religiosa?

ALEXANDRE XANDÓ: Em casos de Intolerância Religiosa, as pessoas devem de imediato procurar uma Delegacia mais próxima, registrar Boletim de Ocorrência, fazer questão de que conste no Boletim que se tratou de um crime que tem relação com a religião, porque é muito comum que na tomada de depoimento não se coloque o fator religioso no Boletim de Ocorrência e isso é fundamental. De preferência vá acompanhado de um advogado ou advogada. É importante também que leve essa denúncia para o Disque 100. É só ligar 100 que é o espaço de diálogo de recepção de violação de Direitos Humanos do Governo Federal que também vai dar esse acompanhamento.

JS: Que mensagem o senhor gostaria de deixar para os leitores do JS?

ALEXANDRE XANDÓ: Então o que a gente traz aí de apelo aos leitores é: se você faz parte de uma determinada religião, abra essas discussões também dentro da sua religião, promova esses espaços de relações inter-religiosa para que a gente possa ir limpando esse meio de campo, aparando as arestas. Sejam elas quais forem, as religiões, seja em Matriz Africana, de Matriz Judaico-Cristã, Budista, ateus... Nós também precisamos respeitar inclusive essas pessoas que não tem religiões.

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSO

FILHA DENUNCIA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELA MÃE EM GUAJERU

Jovem, que diz já ter sido vítima, denuncia irmão por agressões à mãe, de 71 anos.

BRENDA RIOS

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Natural de Guajeru, atualmente residente em São Paulo, em uma carta encaminhada à Redação do **JS**, A.N.R., 37, denunciou o irmão de agressões à própria mãe. Segundo relata, o histórico da agressividade do irmão – V. N. R., 42 – começaram quando ainda eram crianças. Ela com idade entre 3 e 4 anos e o irmão cinco anos mais velho, aproveitando-se que o padrasto estava trabalhando na roça, “me batia sem motivo, do nada”. A situação ficou ainda pior, aponta A.N.R., a partir de 2001, quando o padrasto faleceu, vítima de câncer. Nessa época, relata A.N.R., as agressões eram tão violentas que a deixavam ensanguentada.

Em 2006, prossegue A.N.R., o irmão passou a ameaçar a mãe, exigindo que comprasse um terreno e construísse uma casa onde pretendia morar com uma “suposta namorada, que era casada e mãe de uma criança”. Minha mãe não tinha condições de atender ao pedido, pois vivíamos em uma casa que herdou do segundo marido e com uma pensão que mal dava para comprar alimentos, remédios e pagar contas essenciais. Eu trabalhava como empregada doméstica para comprar roupas e material para estudar. “Pressionada e ameaçada por V. N. R., minha mãe acabou fazendo um acordo com ele, dividindo a casa ao meio, de forma que nós morávamos de um lado e ele, no outro”.

Ao contrário do que imaginamos, a partir da divisão da casa, as coisas só pioraram, reforça A.N.R. Segundo relata, o irmão ficou ainda mais violento e as agressões aumentaram, “a ponto da minha patroa oferecer uma casa para que eu pudesse morar com minha mãe, durante um ano sem pagar aluguel, com a única condição que meu irmão não nos acompanhasse ou, sequer, passasse uma noite lá. Aceitei na proposta e mudei com minha mãe”.

Consciente das dificuldades que enfrentaria para pagar o aluguel após o primeiro ano, além de oferecer para executar tarefas domésticas em outras casas, A.N.R. disse que procurou o pai biológico, que abandonou sua mãe quando ela nasceu, e relatou o que estava acontecendo. Ela diz que o pai não se negou a ajudar e ofereceu uma outra casa de sua propriedade em troca da parte que me cabia na casa da minha mãe, o que foi prontamente aceito. “E fomos morar na minha casa, longe do meu irmão V. N. R. e entregamos a casa da minha patroa, onde na época que estávamos morando de favor. Mas as agressões não pararam. V. N. R. continuava me espancando, em todos os lugares onde me encontrava, em casa, na rua. Ele sempre aparecia do nada e já chegava dando socos e pontapés”, relata.

Cansada e temendo que algo pior pudesse acontecer, como ninguém ousava enfrenta-lo, em novembro de 2006, com 17 anos, A.N.R. resolveu que era hora de “enfrentar o mundo com a cara e a coragem”. “(...) Na minha cabeça, na época, só via duas opções, ou ficava e morreria nas mãos do meu irmão, ou enfrentava o mundo e venceria ou morreria, porém, lutando pela minha própria sobrevivência”, pontua A.N.R., acrescentando que fez a opção pela segunda hipótese, indo para São Paulo.

Em São Paulo, diz A.N.R., a vida não foi e não tem sido fácil, mas constituiu família e tem conseguido se manter, tendo se livrado das agressões do irmão.

Ela diz que no início, comunicava-se com sua mãe através de um “orelhão” (Telefone de Uso Público) que havia próximo a residência. “Eu ligava e pedia para que chamassem minha mãe”. Durante muitos anos essa era a forma como se comunicava com a mãe, até que o sinal da Telefonia Móvel Celular foi implantado em Guajeru e passou a se comunicar diretamente com a mãe.

A.N.R. disse, no entanto, apesar do contato semanal, a mãe nunca revelava as agressões que sofria do irmão, o que a motivou a ir a Guajeru, em 2009. Quando chegou em Guajeru, diz A.N.R., embora a mãe negasse qualquer tipo de ameaça ou agressão por parte de seu irmão, notou que a realidade era diferente da relatada. Nos dez dias em que ficou na cidade, A.N.R. acabou sendo informada, pelos vizinhos, das agressões que a mãe vinha sofrendo, embora ela continuasse negando.

Após retornar a São Paulo, nos contatos mantidos por telefone, ela disse que insistiu para que mãe relatasse o que estaria acontecendo, para confirmar as informações que recebeu quando esteve na cidade, mas sem sucesso. Pelo contrário, revela, a mãe sempre que confrontada com as informações de que era vítima de agressões do filho, reagia e acabava discutindo. “Apesar disso, não deixei de continuar comunicando semanalmente com ela”, diz.

A.N.R. disse que, preocupada com a integridade (física e mental) da mãe, depois de conversar com o marido, decidiu leva-la para morar em São Paulo, mas a proposta não foi bem recebida. “Ela disse que São Paulo não era lugar para ela morar, que era frio, deu mil e uma desculpas. Impotente, respeitei sua decisão”.

Em 2018, segundo A.N.R., sua mãe foi brutalmente agredida pelo filho, tendo os vizinhos feito uma denúncia anônima à Polícia Militar, que chegando ao local constataram as agressões. “Minha mãe estava cheia de hematomas e, pela primeira, vez, revelou as agressões sofridas, relatando à Polícia que elas aconteciam sempre que ele estava alcoolizado. Meu irmão acabou preso. Mas só tomei conhecimento do fato quatro anos depois, no ano passado, por um primo, que relatou o ocorrido. Na época, minha mãe disse que V. N. R. teria sido preso depois de importunar a esposa de um político da cidade, que teria acionado a Polícia.

A.N.R. relatou ainda que, segundo vizinhos a informaram, o irmão estaria extorquindo a mãe para comprar um carro. Também teria feito um empréstimo consignado na conta em que a mãe recebe a pensão do INSS. Segundo ela, essa situação é preocupante, uma vez que, reforça, o dinheiro que a mãe recebe do INSS, referente a pensão, mal é suficiente para sobrevivência e aquisição dos medicamentos para Hipertensão (Pressão Alta) e Osteoporose.

Ainda segundo A.N.R., o irmão teria retirado a mãe de casa, onde haviam pessoas que estavam sempre atentas e a socorriam quando necessário, e a levado para morar com ele em uma residência onde não há nenhum vizinho que possa acolhê-la em uma emergência. “Me preocupo com as intenções do meu irmão, que segundo soube além do alcoolismo, estaria usando drogas, não tendo, portanto, nenhuma condição de cuidar de uma idosa de 71 anos (que serão completados em abril próximo). Provavelmente ele está mal-intencionado, pois nunca teve responsabilidade, abandonou seus dois filhos, e já agrediu minha mãe diversas vezes”, diz A.N.R., que concluiu solicitando que o **JS** possa repercutir seu desabafo e as denúncias que faz, na esperança que a Polícia, o Ministério Público e a Justiça possam intervir e ela consiga permissão para cuidar legalmente da mãe, sem que corra o risco do irmão cumprir as ameaças. “Tenho e posso provar, condições física, psicológica e financeira para cuidar da minha mãe legalmente, dando a ela todos os cuidados necessários e conforto”, reforçou.

A reportagem do **JS** não conseguiu localizar V. N. R., para ouvir sua versão dos fatos.

Vizinhos confirmam agressões, mas temem denunciar por medo do agressor

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste

Pessoas que conviveram e residem nas imediações da casa onde hoje mora a senhora T. N. R. e o filho, acusado pela irmã de agredi-la, que concordaram em falar desde que tivessem a identidade preservada, confirmaram os relatos feitos por A.N.R.

Segundo os relatos, V.N.R., que seria alcoólatra e usuário de drogas, pelo histórico de violência, é temido na região da residência da mãe, por isso mesmo a Polícia Militar não é chamada a intervir quando “ele apronta”. “Nas redondezas, todo mundo conhece a fama dele (V.N.R.) e tem medo de enfrenta-lo ou, até mesmo, denunciá-lo, porque já houve o caso dele ser preso e rapidamente solto. E com um elemento desses nunca se sabe o que pode acontecer, se ele agride a própria mãe, o que não faria com a gente”, pontuou um dos entrevistados.

Como atuam as Polícias Militar e Civil em caso de denúncia de violência contra o idoso

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste

A Polícia Militar e a Polícia Civil, nos casos de violência contra os idosos – física, psicológica ou emocional, financeira, sexual ou por negligência – segundo especialistas ouvidos pelo **JS** somente pode intervir a partir de denúncias anônimas ou telefônicas dando conta dos maus tratos praticados contra anciãos. Cidadãos também podem denunciar os maus tratos a idosos na Delegacia do idoso ou a qualquer Unidade da Polícia Civil, para que sejam adotadas as medidas para dar início à investigação criminal.

Importante destacar que os prestadores de Serviços de Saúde Pública e Privada são obrigados a denunciar às autoridades competentes a violência contra idosos, ainda que seja apenas uma suspeita. A inobservância quanto à essa obrigação por parte dos prestadores de Serviços de Saúde em notificar os casos de violência contra o idoso, ainda que sejam suspeitas, será considerada infração sanitária e poderá ensejar a responsabilização cível e criminal.

Quando provocada, a Polícia Militar, responsável pelo Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública, comparece nas residências suspeitas, comprova a veracidade dos fatos através de investigação social preliminar em que vizinhos afirmam categoricamente que constantemente ouvem gritos, improperios, palavras de baixo calão ou frases altamente ameaçadoras e agressivas, barulho de vidros quebrados, pancadas diversas além de choros e gemidos advindos daqueles supostos lares.

Quando há evidências de agressão física e o agressor se encontra no local, a Polícia Militar pode efetuar a prisão em flagrante e encaminhar o acusado para a Delegacia Territorial de Polícia Civil, onde, depois do acusado ser ouvido, é instaurado o Inquérito Policial.

A critério do Delegado, a prisão do agressor poderá ou não ser relaxada.

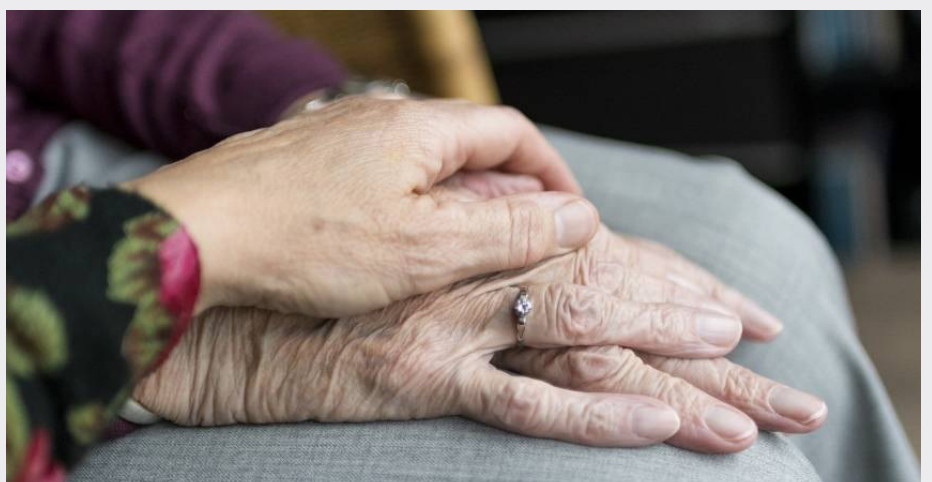
O Estatuto do Idoso e a violência contra vulneráveis

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste

O Estatuto do Idoso também se preocupou em elencar, em seus Artigos 96, 97, 98 e 99, alguns crimes praticados contra a pessoa idosa, além dos que já estão tipificados no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40).

Artigo 96: Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. (...)



Artigo 97: Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. (...)

Artigo 98: Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Artigo 99: Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado: Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa. (...)

O fato é que nenhum idoso merece ser maltratado, menosprezado, agredido ou abandonado. Assim como qualquer outro cidadão, os idosos possuem garantias e direitos fundamentais que devem ser respeitados por todos, tais como a vida, a liberdade, a integridade física e moral, a alimentação e a assistência.

* FONTE: [HTTPS://UNIEDUCAR.ORG.BR/](https://unieducar.org.br/)

Conheça os tipos mais comuns de violência contra idosos

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste



A violência contra idosa pode ser definida como qualquer ato, ou ainda a ausência de uma ação, que cause dano ou incômodo à pessoa idosa. Para ser considerada como violência contra o idoso o ato pode ser único ou repetitivo e deve acontecer em uma relação em que haja expectativa de confiança.

Estão entre os casos mais comuns os abusos psicológicos, abusos financeiros, negligência, abusos físicos e os abusos sexuais.

Negligência

Responsáveis se recusam ou se omitem em oferecer cuidados básicos à pessoa idosa, como higiene, saúde, medicamentos, proteção contra frio ou calor.

Abandono

Acontece quando há ausência ou omissão de familiares ou responsáveis, governamentais ou institucionais, de prestarem socorro a um idoso que precisa de proteção e assistência.

Violência física

Uso da força para obrigar os idosos a fazerem o que não desejam, ferindo, provocando dor, incapacidade ou até a morte.

Violência sexual

Inclusão da pessoa idosa em ato ou jogo sexual, homo ou heterorrelacional, com objetivo de obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

Violência psicológica ou emocional

Comportamentos que prejudicam a autoestima ou o bem-estar da pessoa idosa, como: xingamentos, sustos, constrangimento, destruição de propriedade ou impedir que veja amigos e familiares.

Violência financeira, econômica ou material

Exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou o uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais.

Onde buscar orientação e fazer uma denúncia

Idosos com aspecto descuidado, que apresentem marcas no corpo mal explicadas ou sinais de quedas frequentes e que tenham familiares ou cuidadores indiferentes a eles, podem estar sofrendo violência. Para orientações e denúncias, procure:

- Unidades Municipais de Saúde
- Delegacias de Polícia Civil
- Disque 100 (Direitos Humanos)
- 190: Polícia Militar (risco iminente)

ARTIGOS



José Carlos Sturza de Moraes

JOSÉ CARLOS STURZA DE MORAES É CIENTISTA SOCIAL, MESTRE EM EDUCAÇÃO E ATUALMENTE COORDENA O INSTITUTO BEM CUIDAR (IBC), UMA INICIATIVA DA ALDEIAS INFANTIS SOS.

Crianças cuidando de crianças

Uma das pautas prioritárias das gestões estaduais e federal, recém-eleitas, é a Educação – tema foi recorrente na maioria dos governos municipais no pleito realizado há dois anos. É prioridade de inícios de mandato porque, em regra, não é prioridade de Estado real. Apesar de tratar-se de um direito previsto na Constituição Federal, a Política de Educação não tem sido bem encaminhada pelos governos.

Além disso, a Educação não é uma ilha e depende de fatores externos às políticas educacionais. O rendimento escolar, muitas vezes, também está ligado ao contexto socioeconômico dos estudantes e de seus familiares. As classes C, D e E, por exemplo, enfrentam o tema absurdo e persistente de crianças e adolescentes cuidando de outras pessoas da família, normalmente irmãos mais novos, em vez de focar sua atenção aos estudos.

Pesquisa publicada pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), realizada em agosto de 2022 e que ouviu 1.100 meninas e meninos de 11 a 19 anos de todas as regiões do Brasil, constatou que 11% não haviam voltado às escolas após o isolamento social provocado pela pandemia. O dado representa uma evasão escolar de mais de dois milhões de estudantes no país. Entre as causas apontadas pelos ex-alunos, 28% destacaram o fato de terem que cuidar de familiares em suas casas. Dos 21% que seguiram estudando, mas que pensaram em desistir da escola nos três meses anteriores à pesquisa, 19% trouxeram este mesmo motivo.

A falta de creches e pré-escolas e de ensino em turno integral, especialmente para estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, explica a maior parte dessa realidade preocupante. Um misto de exploração do trabalho infantojuvenil “invisibilizado”, aliado à fragilização do cuidado familiar, por vezes expondo crianças a ações arbitrárias das agências de proteção, como a retirada de crianças de suas famílias por negligência ou abandono, mesmo sendo essa negligência claramente do Estado e não das famílias. Também as crianças estão expostas a riscos de acidentes e negligências diversas, em vez de usufruírem do direito constitucional à Educação.

Perante essa realidade, é impossível se pensar no Direito à Educação sem o apoio às famílias em maior situação de vulnerabilidade. Ainda mais quando essa vulnerabilidade tem relação direta com o não atendimento adequado da própria Política Pública de Educação como é o caso da falta de vagas na Educação Infantil, tanto de creches quanto de pré-escolas, e da baixa oferta de turno integral nas escolas brasileiras.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

#queremos saber!

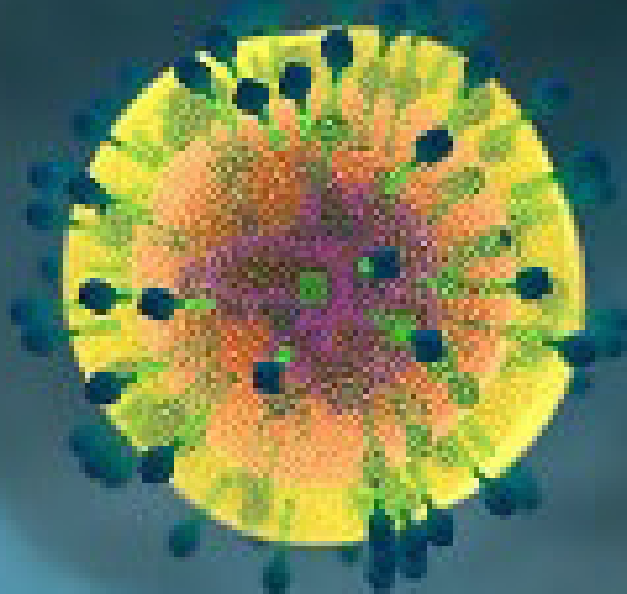
VACINAÇÃO

JÁ CONFERIU A DATA DA SUA DOSE DE REFORÇO?

Jornal do Sudoeste
Apenas a verdade.

PRIMEIROS SOCORROS PARA PESSOAS COM HIV/AIDS

FOTO: DO UTILIZADOR:TUDO EM UM FILME/CREATIVE COMMONS/CC0 1.0



CLAIRE HOCKEY – ASCOM/PACIFIC MEDICAL TRAINING

claire@pacificmedicaltraining.com

A pandemia do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) é uma catástrofe para comunidades de todo o mundo. Mais de 1 milhão de pessoas nos EUA estão vivendo com HIV, porém 1 em cada 7 delas não sabem que têm a doença. No final de 2020, aproximadamente 38,4 milhões de pessoas (<https://www.hiv.gov/hiv-basics/overview/data-and-trends/global-statistics>) em todo o mundo estavam vivendo com HIV/Aids.

O Pacific Medical Training reconhece a magnitude do problema e a necessidade de todos nós lidarmos com essa doença. É fundamental para cada um de nós entendermos como ocorre a transmissão desse Patógeno (<https://pacificmedicaltraining.com/education-nm-bbp>) e como também certas atitudes não são passíveis de risco de transmissão.

As diretrizes a seguir abordam a preocupação com a transmissão em situações de primeiros socorros de pessoas com HIV/Aids, apresentando medidas preventivas e práticas de higiene e permitem que você preste cuidados sem discriminação.

Entendendo a transmissão do HIV

O HIV é o vírus que causa a Aids. Essa Síndrome só ocorre quando o vírus entra na corrente san-

guínea. Pessoas com Aids tem um Sistema Imunológico comprometido, deixando o corpo suscetível a muitas doenças. Sendo assim, o corpo é incapaz de combater infecções e doenças que a maioria das pessoas costuma combater por conta própria. A condição é eventualmente fatal devido à disfunção do Sistema Imunológico. Embora não haja vacina para o HIV e não haja cura para a Aids, os medicamentos disponíveis são uma opção de tratamento bem-sucedida.

Não existe um período fixo entre o primeiro contato com o HIV e o desenvolvimento da doença. Muitos indivíduos HIV Positivos podem não ter sintomas por vários anos, enquanto outros podem desenvolver sintomas dentro de três anos a partir do momento da infecção. A transmissão do vírus ainda pode ocorrer mesmo quando a pessoa não apresenta nenhum sintoma.

O HIV é muito mais difícil de contrair do que se poderia pensar pois o vírus morre rapidamente fora do corpo e uma combinação de água e sabão demonstrou diminuir sua infectividade. Porém, certas precauções devem ser sempre tomadas. O HIV pode viver em uma agulha usada por até 42 dias, dependendo da temperatura e de outros fatores. Para garantir a destruição do HIV, as superfícies requerem desinfecção adequada, além de água

e sabão.

Maneiras pelas quais o HIV é transmitido

- Sangue e produtos sanguíneos, outros fluidos corporais (sêmen, líquido pré-seminal, retal e vaginal) e órgãos transplantados que contêm HIV
- Agulha ou seringa contaminada (uso de drogas e picada acidental)
- Exposição através de escoriações na pele
- De uma mãe infectada com HIV a seu filho durante a gravidez, o parto ou a amamentação (a amamentação é de baixo risco, especialmente quando se toma um regime antirretroviral)
- Sexo desprotegido com alguém que tenha HIV (homem para mulher, homem para homem e mulher para mulher)

Maneiras pelas quais o HIV não é transmitido

- Seguir práticas de segurança adequadas ao dar primeiros socorros — isso inclui ressuscitação cardiopulmonar (RCP)
- Contato com sangue ou outros fluidos corporais com pele intacta
- Doação de sangue ou produtos derivados de

SAÚDE - HIV/AIDS

sangue

• Cuidar de alguém com HIV / AIDS com as precauções apropriadas

- Comida, água e ar
- Tocando, abraçando e apertando as mãos
- Beijos de boca fechada
- Tosse, espirros ou suor
- Assentos de toalete, roupas de cama compartilhadas e roupas
- Mosquitos ou outros insetos através de picadas

Qual é o risco de transmissão do HIV durante os primeiros socorros?

A preocupação com a transmissão do HIV funciona nos dois sentidos — transmissão do indivíduo ferido ao prestador de primeiros socorros ou do prestador de primeiros socorros ao indivíduo ferido. O risco de contrair um patógeno transmitido pelo sangue ao dar ou receber primeiros socorros é muito menor do que as pessoas pensam. Precauções apropriadas e medidas higiênicas básicas reduzem ainda mais esse risco.

O medo de adquirir infecção pode atrasar o início imediato da respiração boca a boca. Embora os patógenos possam ser isolados da saliva das pessoas infectadas, a transmissão salivar do HIV é incomum e a transmissão da infecção é extremamente rara: três casos relatados de HIV adquiridos durante a ressuscitação de um paciente infectado resultaram de exposições cutâneas de alto risco, como uma agulha acidental. Não houve relatos de infecção pelo HIV adquirida durante o treinamento em RCP.

Que tipo de precauções podemos tomar para minimizar o risco de transmissão do HIV?

O sangue é a principal fonte de infecção pelo HIV e é a principal via de transmissão nos profissionais de saúde e socorristas. Sempre que houver a possibilidade de contato com sangue, os profissionais de saúde (e espectadores) devem tomar precauções para evitar o contato com a pele e as mucosas (por exemplo, olhos e boca).

As práticas de rotina (precauções universais) para impedir a propagação do HIV são baseadas no princípio de que TODO sangue, fluidos corporais, secreções e excreções são infecciosos. Essas etapas envolvem o uso de equipamento de proteção individual (EPI), como luvas, aventais, máscaras e

óculos quando se lida com o sangue das pessoas e outros fluidos corporais contaminados por sangue.

Precauções universais em primeiros socorros

- Lave as mãos antes e depois de prestar os primeiros socorros básicos. Se houver luvas disponíveis, lave as mãos antes e depois do uso.
- Use EPI sempre que possível.
- Esteja atento a evitar o contato com sangue, fluidos corporais ou itens sujos.
- Cuidado com vidro quebrado ou objetos pontiagudos perto da pessoa ferida.
- Cubra os cortes ou abra a pele com um curativo limpo e seco.
- Descontamine superfícies que não exijam esterilização entre pacientes com uma solução desinfetante de nível hospitalar.

Respirar boca a boca

- Forneça esse procedimento para salvar vidas sem discriminação — não postergue a ventilação com medo de contrair o HIV.
- Não há casos relatados de transmissão do HIV pela ventilação boca a boca; no entanto, se você tiver feridas na boca, evite o contato direto com o sangue. Continue a RCP somente com as mãos até que um desfibrilador externo automático (DEA) chegue e esteja pronto para uso ou até que mais ajuda chegue para controlar a vítima.
- Aprenda a usar um dispositivo de barreira, como uma máscara de bolso e um escudo facial. Se possível, leve um kit de primeiros socorros ou invista em uma máscara ou escudo pessoal. Chaveiros com uma máscara de bolso também estão disponíveis.

Lidar com alguém que está sangrando

- Siga as precauções universais. Se você tiver luvas, use-as, especialmente no caso de brigas ou baixas em massa.
- Se possível, instrua a vítima a aplicar pressão direta na ferida.
- Se a pessoa não conseguir parar o sangramento, use um pano limpo e grosso como barreira para evitar o contato direto com o sangue. Se isso não for eficiente ou possível, aplique pressão proximal à artéria principal, que é uma pressão sobre a artéria acima do local da lesão

para interromper o sangramento.

Contato com o sangue da pessoa ferida

- Lave bem as mãos o mais rápido possível se entrar em contato com sangue ou fluidos corporais.
- Se sangue ou fluidos corporais entraram em contato em outra parte do corpo lave com bastante água, especialmente os olhos.
- Se você for perfurado ou cortado com um objeto contaminado, lave bem a ferida e prenda com um curativo limpo e seco.
- Faça exames e procure aconselhamento médico confidencial se estiver preocupado com o contato e alguma infecção.

Limpendo derramamentos de sangue

- Siga as precauções universais, proteja a área e absorva o derramamento de sangue com um material absorvente, como pano ou toalhas de papel.
- Se não houver luvas médicas, use luvas grossas de borracha ou luvas de uso geral. Use outros materiais, como sacolas plásticas, para evitar o contato direto com o sangue se as luvas não estiverem disponíveis.
- Limpe a área contaminada com um desinfetante (por exemplo, alvejante doméstico diluído 1:10 com água para fornecer uma concentração de 0,1–0,5%). Aguarde 10 a 15 minutos antes de enxaguar a área. No local de trabalho, siga as diretrizes de segurança do trabalho (SESMT).
- Coloque todo o material contaminado em um saco plástico ou recipiente para descarte. Se disponível, use sacos e recipientes de risco biológico devidamente rotulados.

O que você pode fazer

Práticas de precaução e segurança são essenciais para impedir a transmissão do HIV ao dar primeiros socorros. Proteja-se e diga aos outros, incluindo amigos e familiares, como se proteger contra o HIV.

Embora o medo de contrair uma doença infecciosa seja um fator significativo na relutância em fornecer RCP, a chance de contrair uma doença infecciosa enquanto fornece RCP é extremamente baixa.



ONCOCENTER



Dr. Eduardo Gondim de Oliveira
CRM 22462
Cirurgião Geral Oncológico



Dr. Wladir Bastos Fernandes Júnior
CRM 16669
Cirurgião de Cabeça e Pescoço



Dr. João Paulo Almeida de Souza
CRM 23668
Cirurgião Geral



Dra. Erika Aguiar Soares
CRM 27334
Cirurgiã Pediatra



Dr. Geraldo Nascimento
CRM 12692
Cirurgião Geral Oncológico

Centro Médico Altamirando Costa Lima
Av. Otávio Santos, nº395 - 5º andar, sala 504/505 - Recreio
Vitória da Conquista - BA, 45020-750
77 3422-6679 / 99998-0990

PESQUISA MULTICÊNTRICA INVESTIGA O PAPEL DO VINHO TINTO NA MICROBIOTA INTESTINAL

Durante três semanas, 42 homens com doença arterial coronariana e média de idade de 60 anos, consumiram 250 ml de vinho tinto diariamente



FOTO: PIXABAY

CAMILA DELMONDES – COMUNICAÇÃO FCM

<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/>

Atentos às evidências recentes, experimentais e clínicas, que mostram a importância da Microbiota Intestinal na Fisiologia Humana e em situações Patológicas, especialmente em Doenças Cardiometabólicas, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Universidade de Brasília (UnB), em conjunto com pesquisadores da Universidade de Verona (Itália), Centro de Saúde e Biorrecursos (Áustria) e Universidade de Harvard (EUA), publicaram, recentemente, no “The American Journal of Clinical Nutrition (AJCN)” (<https://academic.oup.com/ajcn/article/116/6/1515/6751899>), um estudo inédito que avalia os efeitos do consumo de vinho tinto na Microbiota Intestinal.

Durante três semanas, 42 homens com Doença Arterial Coronariana e média de idade de 60 anos, consumiram 250 ml de vinho tinto diariamente. E, mais tarde, por igual período, passaram por abstinência de álcool. Após o consumo de vinho tinto, os estudiosos observaram um remodelamento significativo da Microbiota Intestinal dos participantes, com diferença na diversidade e preponderância de grupamentos de bactérias como Parasutterella, Ruminococcaceae, vários Bacteroides e Prevotella, todas presentes no Intestino.

Pesquisadora líder do estudo conduzido no InCor (Instituto do Coração) da USP, a Cardiologista Elisa Alberton Haas explica que o Intestino Humano é composto por um conjunto de mais de 3 trilhões de bactérias, cujos diferentes perfis de Microbiota estão claramente associados a diversos tipos de doenças. Dentre os mecanismos subjacentes que, por exemplo, favorecem o desenvolvimento da Aterosclerose e Doenças Cardiovasculares, são descritas ações de metabólitos como o N-óxido de Trimetilamina (TMAO).

“O consumo moderado de vinho tinto tem efeito potencialmente Cardioprotetor, por envolver modulações do Metabolismo Redox e da Microbiota Intestinal e por conter competidores de Colina e Cartinina, assim podendo reduzir o TMAO Plasmático. Porém, os efeitos desse consumo ainda não são totalmente compreendidos”, disse.

De acordo com Haas, a pesquisa publicada no AJCN é mais um passo em direção a uma melhor compreensão da modulação da Microbiota Intestinal e da Metabolômica Plasmática, com vistas a elucidar os possíveis benefícios Cardiovasculares do consumo moderado de vinho tinto. Dentre os achados do estudo, ela destaca a alta variabilidade de concentração do TMAO no Plasma Sanguíneo, característica que dificulta, na atualidade, a utilização do Metabólito como Biomarcador de Doenças Cardiovasculares.

“Após o consumo de vinho tinto, observamos alterações compatíveis com a Homeostase Redox, como o aumento nos precursores da Riboflavina e do Metabolismo do Ascorbato – fatores benéficos à Saúde do Coração –, porém os níveis de TMAO Plasmático não diferiram”, comentou.

A Microbiota utilizada no estudo foi avaliada no Laboratório de Investigação Clínica de Resistência à Insulina (Licri) da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, sob a coordenação do Médico Endocrinologista Mario Saad. Ao lado do Biologista Andrey dos Santos, que também assina a publicação do AJCN, Saad explica que as mudanças na Microbiota indicam que o consumo de vinho tinto aumentou o percentual de bactérias responsáveis pela produção de Ácidos Graxos (AGCC).

“Esses Ácidos Graxos têm funções benéficas no metabolismo de Glicídicos e Lipídicos e, principalmente, ação anti-inflamatória. Assim, é possível que o aumento dessas bactérias possa contribuir para um possível efeito anti-inflamatório induzido pelo vinho tinto. Novos estudos podem contribuir para novas elucidaciones nesse sentido”, disse o Especialista.

Além de Elisa Haas, Mario Saad e Andrey dos Santos, assinam a publicação como autores do estudo: Daniela Magro (Unicamp); Nicola Vitulo (Universidade de Verona); Wilson J F Lemos (Centro de Saúde e Biorrecursos); Aline M. A. Martins (UnB); Carolina R. C. Picossi, Desidério Favarato, Renato S. Gaspar, Francisco R. M. Laurindo, Protássio L. da Luz (USP); e Peter Libby (Harvard).



FOTO: ACERVO PESSOAL

Elisa Alberton Haas

Pesquisadora líder do estudo conduzido no InCor (Instituto do Coração) da USP, a Cardiologista Elisa Alberton Haas: pesquisa consiste em mais um passo para elucidar os possíveis benefícios Cardiovasculares do consumo moderado de vinho tinto.

MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICADA NO SITE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM) DA UNICAMP (HTTPS://WWW.FCMUNICAMPBR/)

SIGA-NOS
nas **REDES-SOCIAIS**

JORNALDOSUDOESTE
(77) 9 9804-5635

Facebook Instagram Twitter YouTube Whatsapp

EDITAL DE LOTEAMENTO

MARIA EULALIA VIANA LEITE COTRIM, Oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Brumado, Ba, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, para ciência dos interessados, em cumprimento ao dispositivo da Lei 6.766 de 19/12/79, Art.19 § 3º que, pela LIDER EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº06 144553/0001-02, representada por ANTONIO VIRGILIO CANGUSSU ROCHA depositou em Cartório documentos relativos ao imóvel de sua propriedade localizada no LOTEAMENTO PARK DAS CANDEIAS, desmembrado da matrícula R-20-7.810, fls.31, do livro 2-C-B, em 05 de dezembro de 2019, com aprovação da Prefeitura Municipal de Aracatu- BA, Decreto nº061 de 25 de outubro de 2022, assinado pela Prefeita BRAULINA LIMA SILVA., com 34 Quadras, 668 Lotes, numa área de 195.202,26m2, Área Verde Publica 3.676,79m2; área Institucional 10.000,00m2, Sistema Viário 51.471,93m2; área Loteada 260.350,98m2; área total Loteada 260.350,98m2. Havendo impugnação, estas deverão ser apresentadas em um prazo de 15 dias, contados da última publicação em jornais da Cidade. Dado e passado nesta Cidade de Brumado-Ba, 03 de janeiro de 2023. A Oficial: *Elisa Haas*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPÓTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA
CEP: 46.100-000 Tel: (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.118/0001.20

IVAN MARTINS
© Fornozeiro da Bahia

99993-1812 vivo
99200-1316 TIM

Casa do Agricultor
PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloísio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

"... CUIDAR DA SAÚDE MENTAL É BASICAMENTE CUIDAR DAS NOSSAS EMOÇÕES", DIZ PSICÓLOGO UIRÁ VIEIRA

GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social", não apenas a ausência de doenças,

Ainda segundo a OMS, "(Saúde) é um estado de bem-estar no qual cada indivíduo consegue aperceber-se do seu próprio potencial, consegue lidar com o estresse normal da vida cotidiana, consegue trabalhar de forma produtiva e ter sucesso e ainda é capaz de dar a sua contribuição à sua comunidade".

Esse entendimento, aponta o Psicólogo Uirá Azevedo Vieira Lima, soteropolitano radicado em Vitória da Conquista, está diretamente relacionado com o contexto social e cultural em que vivemos, onde os valores condicionam os conceitos de Saúde e de Doença Mental, pertencentes à natureza humana.

Psicólogo Uirá Azevedo Vieira Lima.



Na entrevista exclusiva ao **JS**, o Psicólogo Uirá Azevedo Vieira Lima, reforça que o Adoecimento Mental pode ser influenciado por diversos fatores – genéticos, relações interpessoais, relações sociais, vulnerabilidade emocional, entre outros – e que é importante cuidar da mente, assim como cuidamos da saúde do corpo.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: O que se entende por Saúde Mental?

UIRÁ VIEIRA: Saúde Mental é um conceito ao mesmo tempo complexo e simples. Complexo porque demanda um monte de outras coisas que interferem e que influenciam, e simples, porque ao mesmo tempo é como a gente cuidar das nossas emoções. É um cuidado que a gente precisa ter, muito com um olhar mais preventivo, assim como a gente cuida da saúde do nosso corpo. Saúde Mental está dentro daquele conceito que a gente chama: o ser humano é um ser biopsicossocial. Ele tem influências genéticas, que está dentro do prefixo Bio. Psico seria essa parte das emoções, dos sentimentos, influenciado por esses. Social que é a influência do meio, do ambiente, a influência das pessoas, a influência da sociedade em geral. Nessas três vertentes, vamos dizer assim, o cuidado com a parte biológica, com a parte genética, a gente tende ao conceito de cuidar do corpo, se a gente olhar corpo e mente como algo separado, mas que não são, seriam os cuidados como praticar atividade física, uma boa alimentação, esse tipo de coisa, olhando por esse lado. O psicossocial já se aproximaria desse cuidar da mente, lembrando novamente que não se separa o conceito de mente e corpo, mas seria o cuidado com esse tipo de coisa. Mas como a gente cuida da mente? Assim como a gente cuida, se previne na saúde do corpo, assim como a gente procura uma alimentação saudável, procura atividade física, procura relações boas, a gente tem que cuidar da Saúde Mental. E cuidar da Saúde Mental é basicamente cuidar das nossas emoções. É termos boas relações, emitir emoções positivas, como a gente pode classificar emoções positivas e negativas. Sentimentos de alegria, sentimentos de satisfação, sentimentos de felicidade, que são conceitos bem complexos, mas que é necessário dar mais ênfase a esses sentimentos. E sempre com cuidado preventivo. E uma das formas é de sempre expressar o que estamos sentindo, e aí entra o sentido da Psicologia, que é o da escuta dessas emoções, seja em trabalhos individuais ou em grupo.

JS: Como podemos distinguir tristeza de depressão?

UIRÁ VIEIRA: Especificamente, a diferença entre uma tristeza e uma depressão é basicamente o tempo de duração. Tem uma parte de diagnóstico que é mais conceitual, que é um padrão que leva quem está avaliando a um diagnóstico preciso, que é relacionado ao tempo de duração, vamos dizer assim. Por exemplo, uma pessoa que perdeu um ente querido, a reação do luto é natural, leva-se um tempo para adaptação de não ter mais aquela pessoa próxima, isso varia bastante, principalmente a questão do luto que é uma tristeza que varia de pessoa para pessoa a forma de lidar, as habilidades emocionais que você tem ou não tem para lidar com aquilo. Mas se isso demora muito tempo, e a forma como a pessoa vai lidar, vai definir se ela está chegando em um nível de Adoecimento Mental ou não. No caso de uma depressão, que é uma baixa no humor, um dos primeiros sinais é quando você deixa de ter prazer em fazer coisas que antes você fazia, caso tenha a percepção de olhar para si e conseguir identificar as pessoas que veem de fora, você começa a deixar de fazer coisas que antes você fazia, coisas que antes faziam muito sentido para você, você deixa de gostar, de fazer sentido. Quando você acorda pela manhã e não tem vontade de levantar da cama, porque o dia não vai ter graça. Está um dia lindo lá fora e a pessoa já vem há vários dias não vendo graça. Não tem mais sentido, perdeu. A perda da sensação de prazer ao realizar atividades que antes eram importantes é um dos pontos que pode diferenciar a tristeza de uma depressão. Porque ficar triste é algo natural, mas é uma tristeza que você lida de alguma forma e que você percebe que pode ser trazido para o lado racional. Você pensa sobre aquilo, avalia, percebe, dá peso, dá uma dimensão diferente para aquele sentimento e consegue ver a situação por outro ângulo, tenta achar um lado positivo.

SAÚDE - SAÚDE MENTAL



A perda de uma pessoa, de um parente, um luto muito longo, que não necessariamente significa a perda de uma pessoa querida, mas pode ser perda de um emprego, mudança de cidade, essas situações podem levar a um desequilíbrio, e esse desequilíbrio vai desencadeando algum tipo de Transtorno Mental, algum tipo de Adoecimento Mental



JS: Quais fatores podem desencadear o Adoecimento Mental?

UIRÁ VIEIRA: Assim como eu disse anteriormente que o homem é um ser biopsicossocial, somos influenciados por diversos fatores, são muitos fatores que podem desencadear o Adoecimento Mental, tanto os fatores genéticos. Inclusive, por mais que haja um questionamento sobre alguns transtornos mentais de origem genética, temos estudos extremamente conclusivos na história da genética que há influência genética. Por exemplo, a depressão, tem um consenso de que há um componente genético ali influenciando, tanto que pela hereditariedade, pessoas que têm casos de família na depressão têm mais suscetibilidade a desenvolver um quadro depressivo, só que ainda não é identificado. Então, tem uma origem genética que influencia. Alguns Transtornos de Aprendizagem também têm uma influência genética forte, mesmo não sendo identificado que está ligado mais ao funcionamento cerebral, isso é um dos fatores. Outro fator são as relações interpessoais, as relações sociais, as relações das pessoas com as outras pessoas, a vulnerabilidade emocional, a vulnerabilidade de fatos que ocorreram na vida dessa pessoa e que acaba afetando a sua relação com o mundo. A perda de uma pessoa, de um parente, um luto muito longo, que não necessariamente significa a perda de uma pessoa querida, mas pode ser perda de um emprego, mudança de cidade, essas situações podem levar a um desequilíbrio, e esse desequilíbrio vai desencadeando algum tipo de Transtorno Mental, algum tipo de Adoecimento Mental.

JS: Como é possível identificar e apoiar alguém que esteja sofrendo com quadro de Adoecimento Mental?

UIRÁ VIEIRA: É um trabalho que não é simples. Depende da situação, e aí vai muito da habilidade dessas pessoas que estão olhando de fora, do tipo de relação que essas pessoas têm e da condição que a pessoa que está em Adoecimento Mental se encontra. Por exemplo, uma situação que seja talvez uma das mais complexas, quando se nota um familiar que está começando a dar sinais de que cogita o suicídio, a melhor forma é você sempre ouvir aquela pessoa, o ponto chave é você sempre escutar. Porque neste caso, aquela pessoa que está entrando neste quadro de adoecimento mais severo e cogita o suicídio, ela está com alguma dor emocional em que ela não cogita o suicídio porque ela quer morrer, ela cogita o suicídio por que ela quer acabar com aquele sofrimento. E para deixar bem claro para gente o que é aquele sofrimento é a própria pessoa. Se a gente não der esse espaço para ela se expressar, falar, dizer o que ela está sentindo, independente do que seja, isso vai se agravar. Então, a melhor forma é escutar. E dentre isso traz outras situações ao redor, por exemplo, a gente não julgar, ouvir e não minimizar aquele sofrimento. Temos que entender que aquela pessoa está passando por um sofrimento.

JS: Para muitas pessoas, o uso de remédios e realização de Terapia para tratamento de doenças mentais são um motivo de vergonha. Como superar esse sentimento?

UIRÁ VIEIRA: É um pouco diferente a visão, tanto para medicamentos, quanto para Terapia. O medicamento está muito ligado à noção médica de cura. Toma um remédio e vai curar, um processo de sinal, sintoma e cura. Nas Terapias as pessoas vêm quase da mesma forma. Vai na Terapia, começa a fazer e tem a sensação que não terá resultados. “Já fui em duas sessões, três sessões e não entendi nada, não vi resultado, não me disseram nada, não me dizem o que fazer, eu quero um resultado rápido”. Esse imediatismo é da condição de vida do mundo contemporâneo, isso é uma coisa que influencia, e por isso tem um pouco de diferença entre olhar o medicamento, a cura pelo medicamento e a “cura” pela Terapia. E isso é uma coisa que influencia nessa “vergonha”, como foi sugerido. Mas acho que o fator mais determinante é a questão da gente se mostrar frágil, de a gente se mostrar vulnerável. A gente tem um pensamento muito clássico em relação a Terapia: “fazer Terapia pra que? Eu não sou doido”. Quem faz Terapia é porque é doido ou porque está doente, ou porque está precisando? Psicoterapia é autoconhecimento. É você se conhecer, conhecer os seus limites, conhecer e entender a forma como você se relaciona com as outras pessoas, entender as suas emoções, entender os seus desejos e quanto mais você se conhece a tendência é melhorar o seu relacionamento com o outro, com o mundo e com você. Poder ser um ser humano melhor, mais funcional, funcionar melhor nas relações. E é difícil de algumas pessoas enxergar dessa forma. Porque as pessoas associam muito a essa questão médica de sintoma, medicamento e cura. As pessoas julgam muito a questão da vergonha por conta de demonstrar fragilidade, que a gente é ensinado dentro dessa sociedade judaico-cristã de que a gente não pode sofrer. Não pode demonstrar seu sofrimento.

JS: O trabalho também tem sido fonte de adoecimento para muitos profissionais com a chamada Síndrome de Burnout. Quais os sintomas e problemas desse distúrbio?

UIRÁ VIEIRA: A Síndrome de Burnout é um tipo de Adoecimento Mental da vida moderna. É basicamente, podemos chamar assim, um cansaço extremo. Antigamente tínhamos a estafa, que é um cansaço mais extremo ainda. Burnout é um cansaço para além da estafa, é uma estafa permanente, justamente ligada às condições de trabalho, trabalho extenuante, extensivo. E qualquer pessoa pode ter, pode acabar desenvolvendo. Pode apresentar os sintomas de cansaço extremo, tremor nas mãos, taquicardia. E tem acontecido um aumento no número de casos justamente neste período de pandemia devido a mudança na forma de trabalho, muita gente passou a trabalhar no home office, e não conseguiu se adaptar e aquilo começou a ficar extenuante, passou a ter várias demandas dentro de casa. Mãe solo que começou a fazer o trabalho em casa e tem as crianças, tem que cuidar da casa. E aquilo vai tomando conta e o corpo vai começando a dar sinais. Está ligado também a alguns casos de ansiedade, quem tem ou já teve quadros de ansiedade está mais propício a desenvolver Burnout.

JS: Que aspectos do ambiente de trabalho podem influenciar de forma negativa ou positiva na Saúde Mental do trabalhador?

UIRÁ VIEIRA: Um deles é o aspecto ergonômico. Que é uma condição de tirar tudo que for possível da mão de obra do trabalhador, fazê-lo trabalhar em prol do lucro, a condição da ergonomia mesmo foi uma das consequências disso, começou a aumentar o número de afastamentos e começou-se a perceber que uma simples mudança de posição na cadeira, uma cadeira mais confortável faria com que a pessoa tivesse uma condição mais saudável ali, uma condição mais saudável para poder trabalhar. As condições do ambiente de trabalho estão basicamente nas questões materiais, de estrutura física para poder dar condição de trabalho saudável e o ambiente de trabalho. O ambiente de trabalho que funcione certa forma de diálogo, em que a hierarquia é mais horizontal do que vertical tende a ser um ambiente de trabalho mais positivo e que diminui as chances de Adoecimento Mental. O que a área de gestão de pessoas busca é justamente isso, o ambiente de trabalho influencia bastante, mas ali tem um todo ao redor. E o que a gestão de pessoas deve buscar é justamente isso, um lugar de escuta para esses profissionais.



... E nesses últimos anos de processo de destruição das políticas públicas, teve muita destruição, teve muita briga, teve uma tentativa de voltar o processo de 'Psiquiatrização', que a gente chama, de colocar de novo e investir financeiramente inclusive, para direcionar receita pública para Hospitais Psiquiátricos e não para os Caps



JS: O senhor diria que a Lei 10.216/01 (Reforma Psiquiátrica), debatida durante 23 anos e que tramitou no Congresso Nacional por doze anos, venha efetivamente resguardando os direitos dos portadores de distúrbios mentais, principalmente na questão da inclusão social e promoção da cidadania? Que avanços poderiam ser apontados? E quais são os principais desafios que ainda persistem?

UIRÁ VIEIRA: A Lei da Reforma Psiquiátrica é um marco para os trabalhadores da área de Saúde Mental, porque ela é o resultado de uma luta, não apenas de 23 anos, mas de bem antes. Porque ela é o resultado da luta dos trabalhadores e posteriormente dos usuários do serviço de Saúde Mental. Talvez, um dos maiores crimes que esse país já tenha cometido é dessa separação, dessa estigmatização e do assassinato mesmo de pessoas com transtornos mentais. Tanto o assassinato físico, quanto o assassinato moral nesse processo de exclusão. Essa Lei garante, na teoria, essa viabilidade para os que vieram depois dela, como consequência da Lei. Em consequência das mudanças que ela impôs, foi um projeto de políticas públicas que depois de anos de discussão garantiu legalmente certos direitos. E depois veio o processo, talvez mais difícil ainda, se formulou a Lei, se promulgou a Lei, agora vamos garantir a aplicabilidade dessa Lei. Foi muito complicado e continua sendo muito complicado, porque é uma briga muito grande contra setores conservadores, não no sentido moral, mas no sentido de que querem conservar aquele velho esquema de exclusão e de garantia também financeira para o Setor Psiquiátrico, Médico. Nem todos pensam da mesma maneira. É uma noção institucional. E ela vem nos últimos anos de destruição de políticas públicas, sabotagem dessas políticas públicas que ofertam serviços para tentar reduzir desigualdades sociais e garantir direitos, a Política Antimanicomial é uma das que tem sofrido bastante. Os Caps (Centro de Atenção Psicossocial) são as Unidades Centrais da Reforma Antimanicomial para retirar essas pessoas de um processo de exclusão por ter um transtorno mental e não serem colocadas dentro de um Manicômio e ali permanecerem para o resto da vida. Que é o que acontecia, manter aqueles corpos e mentes controlados o tempo inteiro por não serem "úteis" para o sistema, não eram "úteis" para a mão de obra do sistema e ficavam lá, depositados, guardados, controlados. A gente tem também, consequentemente, depois da Lei 10.216/01, a regulamentação do Serviço em Residências Terapêuticas. Aquelas pessoas que estão num processo de transtorno mental que já estavam ou em Hospitais Psiquiátricos ou que já passaram a ser usuárias do Caps e precisavam de um tratamento mais demorado, mais complexo, passaram a permanecer na sociedade. Os serviços de Residência Terapêutica são aqueles em que você cria autonomia, aquelas pessoas que passaram por um Hospital Psiquiátrico, passaram por um certo tempo de cuidado, passaram a ter um certo tipo de autonomia de vida. Elas passavam um tempo em um local que era alugado, uma residência que era alugada e elas mesmas davam conta daquele lugar. A lógica é fazer com que essas pessoas permaneçam em sociedade e não sejam excluídas. Há a ampliação dos Caps para adolescentes e crianças e os Caps ligados ao uso de álcool e outras drogas. Então, foi crescendo e ampliando esse tipo de cuidado, que só foi possível com a criação da Lei 10.216/01. Mas ela garante teoricamente, a briga continua. E nesses últimos anos de processo de destruição das políticas públicas, teve muita destruição, teve muita briga, teve uma tentativa de voltar o processo de 'Psiquiatrização', que a gente chama, de colocar de novo e investir financeiramente inclusive, para direcionar receita pública para Hospitais Psiquiátricos e não para os Caps. Aqui em Vitória da Conquista nós temos três Caps apenas, que é o Caps Geral que é II, mas que já deveria ser Caps III, porque o Caps III atua 24h, que é um serviço para atender demandas de qualquer tipo de pessoa que tenha um agravamento no quadro de Doença Mental, entra em algum surto psicótico e precisa de um atendimento rápido, independente da hora do dia. E é necessário em uma cidade do tamanho de Vitória da Conquista, quase 400 mil habitantes, e não tem um Caps III 24h. Temos o Caps II, que é para cidades com mais de 200 mil habitantes; o Caps AD, que é o de álcool e outras drogas e temos o Caps Infantil. Teria que ter aqui pelo menos três Caps Geral, um sendo 24h, principalmente depois desse momento de pandemia.

JS: Qual ou quais, na opinião do senhor, foram os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a Saúde Mental das pessoas?

UIRÁ VIEIRA: Nesse período de pandemia aumentaram consideravelmente os casos de Doença Mental por conta de diversos fatores como o isolamento social, a perda de entes queridos, a perda de emprego, a vulnerabilidade social e financeira, também são agravantes nos casos de Doença Mental, como Ansiedade, Depressão, Burnout, fora o agravamento das que já tinham e durante o isolamento social teve o tratamento interrompido. Existem estudos, é muito clássico que pessoas em situação de vulnerabilidade financeira tendem a desenvolver com mais facilidade o Doença Mental por conta de vários fatores. Teoricamente, falando de forma conceitual, quem não tem como colocar comida no prato naquele dia, não vai dormir tranquilo. Então, se você não tem minimamente um sono bom, por quaisquer motivos, corre sim o risco de desenvolver o Doença Mental.

JS: Há dados sobre o impacto do confinamento nos jovens?

UIRÁ VIEIRA: Tem alguns bastantes significativos. Como eu estava trabalhando na área da Educação, com um olhar mais voltado para isso, tem um levantamento grande sobre as consequências para quem já tinha algum tipo de transtorno de aprendizagem ou transtorno no desenvolvimento, aí a gente encaixa TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), Autismo e os outros Transtornos de Aprendizagem. Tem um levantamento grande no Brasil voltado para essas pessoas, no aprendizado dessas crianças e adolescentes. E tem sim alguns estudos falando sobre as questões de crises de ansiedade que passou a ser uma coisa extremamente comum após a pandemia, relatos de crises de ansiedade nas Escolas. Nós fizemos um trabalho nas Escolas envolvendo esse processo de expressar os sentimentos, lidar com as situações, e uma aluna começou a entrar em um processo de descontrole da ansiedade. Tirei ela da sala para acolhê-la e acalmá-la, ao voltar para a sala, o colega já havia levado outra aluna em crise de ansiedade também. Houve um aumento significativo não só no agravamento, mas no surgimento de algum tipo de Doença Mental. Porque a adolescência já é um período de muita mudança, cada dia é uma descoberta nova de sentimentos, uma relação nova com o corpo, com o mundo, já é uma relação de pouco equilíbrio. Então vem a pandemia e faz com que esse jovem passe por várias coisas, deixou de estudar, deixou de ver aquela rotina escolar, perdeu algum ente querido, a situação da família ficou financeiramente abalada. Eles não têm repertório para lidar com isso tudo. A gente sempre reage às situações impostas, e para eles a resposta foi essa: crises de ansiedade, Doença Mental, tentativas de suicídio, autolesão ou automutilação cresceram bastante.

JS: E para os idosos?

UIRÁ VIEIRA: Uma das grandes questões foi a fobia social, muitos idosos já vivem muito isolados, solitários e quanto mais velha a pessoa vai ficando, na sociedade que a gente vive, é muito claro esse processo. Também aconteceu muito as situações de vulnerabilidade social, porque passaram a ter uma dificuldade financeira, porque às vezes quem os apoiavam passaram a não poder mais. Muito medo de morrer, porque no começo o foco era dizer que eles pertenciam ao grupo mais vulnerável, então a tendência foi eles se isolarem ainda mais.

SAÚDE - SAÚDE MENTAL

JS: O senhor diria que a doença mental já é menos um estigma social?

UIRÁ VIEIRA: Eu acho que ainda continua sendo um estigma tanto para a pessoa que desenvolve algum tipo de Adoecimento Mental, que incorpora esse estigma e que nega o adoecimento. “Eu não posso ser frágil”, “eu não estou doente”, “não tá acontecendo comigo, daqui a pouco vou resolver”. Mas a situação, o seu grau de Adoecimento Mental só está se agravando e a pessoa está ignorando. Tem um pouco disso e tem também as pessoas que estão olhando de fora para alguma pessoa que está com algum tipo de Adoecimento Mental, o estigma ainda é muito forte por conta de dizer que a pessoa está muito frágil, ou por outro lado, existem dois extremos: ou que a pessoa está muito frágil ou que já está doído por completo. Nessa lógica de a gente olhar o Adoecimento Mental de uma forma excludente.

JS: Qual mensagem o senhor gostaria de deixar para os leitores do **JS**?

UIRÁ VIEIRA: Como o tema foi Janeiro Branco, é importante o cuidado preventivo com a Saúde Mental. É importante, assim como a gente cuida do corpo, a gente tentar aprender e colocar como hábito prevenir o Adoecimento Mental, cuidar da nossa Saúde Mental. A maioria das pessoas que a gente conhece se sentem alguma dor, vão procurar um atendimento médico, ela não vai demorar muito, não vai deixar aquilo se agravar. Porque a gente já foi ensinado, a gente entende que em determinados tipos de situações a gente tem que procurar resolver. O cuidado com a Saúde Mental é também observar os sinais que o corpo dá, expressar suas emoções. Sentiu algum incômodo com alguma pessoa, não consegue mais gostar, as suas emoções estão diferentes, você não consegue mais ter prazer em certas atividades que você tinha, passou por um processo de luto em que você não consegue aceitar, está demorando demais, as pessoas ao redor estão dizendo que você está diferente. Busque falar, busque um cuidado com a sua Saúde Mental. Isso quando já há uma situação instalada ali. Mas busque a prevenção. A prevenção é você expressar suas emoções, falar sobre aquilo que você está sentindo, é você buscar experienciar mais emoções positivas, é sair, é falar, é se divertir. É ter uma conexão espiritual, se isso faz muito sentido para você, é você ir em uma Igreja, num Terreiro de Candomblé, num Centro Espírita, buscar um momento que te faz bem. É trazer sempre esse tipo de experiências positivas para se manter equilibrado e diminuir seu risco de Adoecimento Mental. Fazer esse processo de autocohecimento. E fazer Terapia, sem precisar alguém dizer que você precisa fazer Terapia, fazer Terapia para se conhecer, conhecer seus limites, suas dores, para você entender seus desejos.

(FOTO: GABRIELA OLIVEIRA).

UIRÁ AZEVEDO VIEIRA LIMA

PSICÓLOGO

GRADUADO EM PSICOLOGIA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO RUY BARBOSA, VICE COORDENADOR DA COMISSÃO GESTORA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA. PSICÓLOGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA.



IVO TRANSPORTES

Tel: (77) 9961-5297 Transportes e encomendas
(77) 9144-4244 de Iuiu a Guanambi
(77) 9103-9022

Rua Conceição Bezerra, nº10 - Centro / Iuiu - BA

Adão Sola Transportes

Sua viagem fica mais tranquila conosco

• Saída: 4:00 da manhã
• Retorno: 14:00h

Sempre às segundas e quintas-feiras
de Feira da Mata para Guanambi

Fone: (77) 99932-8668



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

SAÚDE - CÂNCERES GINECOLÓGICOS

ENTREVISTA

CÂNCERES GINECOLÓGICOS REPRESENTAM MAIS DE 40% DOS TUMORES EM MULHERES

Por serem de difícil diagnóstico Cânceres Ginecológicos comumente são de difícil diagnóstico, por isso, é preciso que as mulheres estejam atentas aos sinais que o corpo dá e mantenham o hábito de realizar exames regularmente, aponta Ginecologista Lara Lis Ivo Fernandes Coelho em entrevista exclusiva ao JS

LUCIMAR ALMEIDA

lucimaralmeidajs@gmail.com

No Brasil, os principais Cânceres Ginecológicos, em ordem de incidência, são os de Colo Uterino, Ovário, Corpo Uterino/Endométrio, Vagina e Vulva. De acordo com Instituto Nacional de Câncer (Inca), a cada ano, cerca de 30 mil mulheres brasileiras recebem algum desses diagnósticos, sendo 16.710 casos no Colo Uterino, o que representa um risco considerado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres.

Atrás dos Cânceres de Mama e de Cólon e Reto, o Câncer do Colo do Útero é o terceiro tipo com mais incidentes entre as mulheres. Na análise regional, o Câncer do Colo do Útero é o primeiro mais incidente na região Norte (26,24/100 mil) e o segundo

A Médica Lara Lis Ivo Fernandes Coelho é incisiva ao reforçar a importância da vacinação contra o HIV, sublinhando que “vacinar é um ato de amor e cuidado”. A Médica pontua ainda “a importância da realização de exames preventivos e visitas periódicas ao Ginecologista, medidas fundamentais para identificar lesões precursoras do Câncer e começar a tratá-las ainda em estágio inicial, visto que o diagnóstico precoce pode salvar vidas”.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: Quais são os tipos de Cânceres Ginecológicos?

DRª LARA LIS FERNANDES: Existem 5 tipos de Cânceres Ginecológicos. Os mais incidentes são o Câncer de Colo do Útero, o Câncer de Ovário e o Câncer de Endométrio. Os mais raros são o Câncer de Vulva e o Câncer de Vagina.

nas regiões Nordeste (16,10/100 mil) e Centro-Oeste (12,35/100 mil). Já na região Sul (12,60/100 mil) ocupa a quarta posição e, na região Sudeste (8,61/100 mil), a quinta.

Em entrevista exclusiva ao JS, a Médica Ginecologista guanambiense, radicada em Bom Jesus da Lapa Lara Lis Ivo Fernandes Coelho, aponta que o Câncer de Colo do Útero é o terceiro tipo de Câncer mais comum em mulheres e a quarta causa de morte de mulheres por Câncer, no Brasil. Ainda segundo a Especialista, o Câncer de Ovário, chamado de Tumor Silencioso, pois somente é identificado tardiamente, quando descoberto na fase inicial, a taxa de sobrevivência chega a 90%. Nos estágios mais avançados, o índice cai para menos de 50%.

JS: Quais são os principais sinais dos Cânceres Ginecológicos?

DRª LARA LIS FERNANDES: O sangramento vaginal anormal é o sintoma mais comum dos Cânceres Ginecológicos. Menstruações muito intensas; sangramento entre os períodos menstruais, além de sangramento durante e após a relação sexual são considerados anormais. Outros sinais que merecem atenção são: dores pélvicas persistentes, não restritas ao período pré-menstrual; inchaço abdominal, flatulência; dor lombar persistente; febre recorrente; dores de estômago ou alterações intestinais; perda de peso acentuada, anormalidades na vulva ou na vagina e fadiga.

JS: Diagnosticados precocemente, quais são as chances de cura de cada um dos Cânceres Ginecológicos?

DRª LARA LIS FERNANDES: O câncer de colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais comum em mulheres e a quarta causa de morte de mulheres por câncer, no Brasil. Se diagnosti-



Médica Ginecologista Lara Lis Ivo Fernandes Coelho.

cado precocemente, principalmente nas lesões iniciais ou pré-cancerosas (intraepiteliais), pode ser curado em 100% dos casos.

O Câncer de Ovário é a segunda Neoplasia Ginecológica mais comum em mulheres, ficando atrás somente do Câncer de Colo de Útero. É chamado de Tumor Silencioso e essa característica é justamente um dos motivos do diagnóstico tardio. Quando descoberto na fase inicial, a taxa de sobrevivência chega a 90%. Nos estágios mais avançados, o índice cai para menos de 50%.

O Câncer de Endométrio é um dos Tumores Ginecológicos mais frequen-

tes que acomete principalmente mulheres na pós-menopausa, depois dos 60 anos. Se diagnosticado em fase inicial tem mais de 90% de cura.

Raros, os Cânceres de Vagina e de Vulva são responsáveis por 7% dos Tumores Ginecológicos. O controle desses tumores é mais fácil quando a doença é localizada, ou seja, não se disseminou para outras partes do organismo.

A porcentagem de mulheres que continuam vivas cinco anos após o diagnóstico e tratamento (taxa de sobrevivência de cinco anos) depende de o Câncer ter se disseminado ou não e qual o grau de disseminação: Estágio

SAÚDE - CÂNCERES GINECOLÓGICOS

I: Mais de 90% Estágio II: 80% Estágio III: 50% a 60%

JS: O câncer de Colo de Útero, que tem maior incidência no Norte e no Nordeste do país, é um Tumor evitável com vacinação contra o HPV (Papilomavírus Humano) e Exames Preventivos. Por que, na opinião da senhora, o número de casos continua alto?

DRª LARA LIS FERNANDES: Um dos motivos para o alto índice da doença nessas regiões é a falta de acesso ao Exame Preventivo. São regiões com menos condições de Assistência Médica e maior dificuldade de acesso, não ao Serviço de Saúde em si, mas tem a questão de deslocamento; nem todos têm um acesso direto

a uma Unidade de Saúde. Uma outra questão é que muitas mulheres ainda veem esse assunto como um tabu e por isso acabam não levando suas queixas para os consultórios. Além disso tem a questão do preconceito, do constrangimento em procurar atendimento médico e a desconfiança com a principal arma de combate ao HPV, que é a vacinação. Temos o preconceito pela questão ainda de termos um padrão de comportamento machista da sociedade, pois a mulher acaba sendo julgada por ter uma lesão do Colo Uterino. A lesão é comumente associada a uma Doença Sexualmente Transmissível (DST) e isso traz uma carga onde ela vai ter que responder sobre questões relacio-

nadas à promiscuidade e número de parceiros sexuais.

JS: Qual é a idade ideal - ou recomendada - para que as meninas sejam vacinadas contra o HPV?

DRª LARA LIS FERNANDES: O Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde ampliou o público-alvo para vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV). A partir de agora, está igualada a indicação da Vacina Quadrivalente para meninos e meninas, de 9 a 14 anos de idade.

Em Clínicas particulares, a Vacina Quadrivalente é disponibilizada para:

* Meninas e mulheres de 9 a 45 anos;

* Meninos e homens de 9 a 26 anos.

JS: Há alguma contraindicação para a vacina contra o HPV?

DRª LARA LIS FERNANDES: Menores de 9 anos; reação anafilática aos componentes da vacina; reação anafilática em dose anterior e gestantes.

JS: E reação adversa?

DRª LARA LIS FERNANDES: É comum que o paciente apresente dor, vermelhidão e inchaço no local de aplicação. Sintomas menos comuns são: febre, desmaio e vômitos. Como em toda vacina, há possibilidades de reações alérgicas imediatas mais graves, mas o risco conhecido é pequeno.



“... Existe resistência de pais que veem na imunização um incentivo a uma vida sexual precoce. Isso é uma inverdade perigosa, pois a vacina é mais eficaz quando tomada antes do início da vida sexual...”



JS: Fake news sobre efeitos negativos da vacina e falta de cultura de procura pela imunização - sobretudo de pais que deveriam levar os filhos aos Postos, mas não o fazem - são, na opinião da senhora, os principais desafios das autoridades de Saúde e dos Médicos no combate ao Vírus HPV, que pode causar Cânceres Ginecológicos?

DRª LARA LIS FERNANDES: Sim. Existe resistência de pais que veem na imunização um incentivo a uma vida sexual precoce. Isso é uma inverdade perigosa, pois a vacina é mais eficaz quando tomada antes do início da vida sexual, quando nunca se teve contato com o vírus HPV.

JS: O que a senhora sugere que deva ser feito para conscientizar a população - inclusive o público alvo - sobre a importância da prevenção e de boas práticas no combate à doença?

DRª LARA LIS FERNANDES: Movimentos coletivos em prol da conscientização e da preservação são indispensáveis, com o intuito de alertar a população sobre o perigo de algumas patologias e incentivar a prevenção, bem como a busca do diagnóstico precoce. O resultado dessa mobilização coletiva é bastante positivo, já que muitas pessoas são ajudadas em diferentes situações, com a disseminação de informação e conhecimento, a realização de exames, o estímulo à mudança de hábitos. Isso é imprescindível, uma vez que ajuda a pessoa a cuidar da saúde de forma preventiva e não apenas a buscar a cura para o adoecimento já consumado, ou seja, trata-se de uma mudança significativa para a vida.

JS: A Menopausa tem relação direta com a incidência de Cânceres Ginecológicos? Por que?

DRª LARA LIS FERNANDES: Apesar de o surgimento de Tumores Ginecológicos ser maior durante a Menopausa, o principal fator de risco para o desenvolvimento do Câncer é a idade avançada. Não há um consenso claro sobre essa relação sem que haja associação com outros fatores. Em outras palavras, além das alterações hormonais, outras condições também podem afetar a Saúde da Mulher.

JS: Uma mulher que passou por tratamento de Câncer Ginecológico pode engravidar?

DRª LARA LIS FERNANDES: Felizmente é possível preservar a fertilidade e traçar estratégias para gestações de sucesso, principalmente nos casos em que o Câncer da 'pretensa mãe' foi diagnosticado em estágio inicial. Os métodos comprovadamente eficazes para a preservação da fertilidade são:

1- Congelamento de óvulos-embrião: óvulos maduros são coletados do Útero, antes do tratamento de Rádio ou Quimioterapia, e imediatamente congelados para uso posterior, através da fertilização in vitro.

2- Cirurgia Ginecológica Conservadora: quando o Colo do Útero é ressecado e o Útero suturado novamente à Vagina.

3- Ooforopexia: é a transposição cirúrgica dos Ovários para fora do campo de irradiação, porém conservando seu Vaso Sanguíneo.

Vale lembrar que a escolha da melhor técnica para preservação de fertilidade deve ter acompanhamento médico e depende da idade da paciente, do tipo de tratamento, do estadiamento da doença, da existência ou não de parceiro com quem deseje ter filhos, do tempo disponível até o início da Quimioterapia e do potencial do Câncer em produzir metástases.



Vacinar é um ato de amor e cuidado, que pode refletir no futuro de quem você mais ama



FOTO: ARQUIVO PESSOAL



NATURAL DE GUANAMBI, É GRADUADA EM MEDICINA PELO INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS/CENTRO UNIVERSITÁRIO ARAGUAÍNA/TOCANTINS (ITPAC-ARAGUAÍNA); RESIDÊNCIA MÉDICA NO INSTITUTO DE PERINATOLOGIA DA BAHIA (IPERBA), SALVADOR; ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA.

Lara Lis Ivo Fernandes Coelho
Médica Ginecologista e Obstetra

Atende em:

- Clínica Cemed – Centro de Especialidades Médicas
- Endereço: Rua Santa Luzia, 1125, Centro – Bom Jesus da Lapa
- WhatsApp: (77) 99199-6264
- Telefones: (77) 3481-2432 - (77) 99903-1717
- E-mail: cemedbjlapa@gmail.com
- Centro Médico Camila – Bom Jesus da Lapa
- Endereço: Av. Manoel Novaes, 1041, Centro – Bom Jesus da Lapa
- WhatsApp: (77) 99942-4452
- Telefones: (77) 3481-5757 / (77) 99113-7155
- E-mail: clinicacamila5757@gmail.com
- Centro Médico São Lucas
- Endereço: Rua Guilherme de Castro, 65 – Centro – Riacho de Santana
- Telefone: (77) 99903-0636

Certificado Digital SPC

Adquira já o seu!



Seja um **ASSOCIADO(A)**
e construa um comércio
de **Brumado** mais forte!





ANUNCIE

em nosso portal



Jornal do®
Sudoeste

Apenas a verdade.

Sua Marca merece **DESTAQUE**

*Tenha um
retorno
garantido*



PSICÓLOGA CAMILLA ALVARENGA FALA SOBRE SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FOTO: EVANDRO MACIEL

ANNA BÁRBARA ALMEIDA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Com o tema “A Vida pede Equilíbrio”, a campanha Janeiro Branco 2023 promete promover uma reflexão sobre como as pessoas têm vivido os seus dias e alertar sobre a importância de cuidar da Saúde Mental. Mas, reforçam os Psicólogos, não são apenas os adultos que precisam desse cuidado, crianças e adolescentes também necessitam de atenção quanto às necessidades emocionais.

O Cérebro humano está em constante evolução e a infância é uma fase decisiva para o desenvolvimento cerebral. Os primeiros momentos da vida de uma criança têm repercussões que podem durar a vida toda. Por isso, é importante cuidar da Saúde Mental desde cedo. É o que afirma a Psicóloga brumadense Camilla Alvarenga Pereira Borborema, que é Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Psicologia e o Desenvolvimento Infantil.



A Psicóloga Camilla Alvarenga Pereira Borborema alerta para o prejuízo o causado a Saúde Mental e Emocional de crianças pela inserção cada vez mais cedo nas redes sociais.

A Psicóloga reforça que a Saúde Mental de crianças e adolescentes tem sido altamente negligenciada, critica a falta de acesso a serviços especializados e deixa claro a importância do diagnóstico precoce e correto para que se possa minimizar os prejuízos e que tenhamos uma população mais saudável no futuro. E acrescenta, destacando, que o diagnóstico sempre deve ser realizado por um profissional capacitado. “Às vezes nós, enquanto pais, precisamos identificar as nossas limitações e estar disposto a buscar uma ajuda psicológica e até mesmo psiquiátrica”, pontua Camilla Alvarenga.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: Em 2021, a Sociedade Brasileira de Pediatria incluiu o tema da Saúde Mental entre crianças e jovens no Tratado de Pediatria e, no mesmo ano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef - também publicou relatório sobre o tema. O que isso indica? A Saúde Mental de crianças e jovens está se degradando ou esse é um tema que vinha sendo negligenciado?

CAMILLA ALVARENGA: Eu acredito que esse tema, de fato, pode ter acontecido negligência, porque se fala pouco sobre esse tipo de acontecimento, mas ao mesmo tempo vem se agravando, principalmente pela pandemia. A gente teve um processo onde os jovens acabaram se isolando, por conta da pandemia, nesse período de dois anos que se estendeu e é nítido esse agravamento, então foi percebido com maior frequência esse adoecimento emocional, desses adolecentes e crianças.

JS: Quando afirmamos que Saúde Mental de jovens e crianças requer atenção, estamos falando do que especificamente? Que tipo de transtornos acometem essas pessoas?

CAMILLA ALVARENGA: Geralmente, percebemos que as principais questões relacionadas aos problemas e aos Transtornos Emocionais que acontecem na infância, estão relacionados, primeiro ao âmbito familiar, que é o local onde a criança está inserida, e isso tem uma relação porque, é a maneira como a criança vivencia todas as experiências, onde começa a desenvolver as conexões neurológicas que vai ser crucial para uma Saúde Emocional e consequentemente física, equilibrada. Então, o ambiente familiar interfere nesse processo, como também o ambiente escolar. E um dos principais fatores que pode acometer a criança a desenvolver algum tipo de Transtorno Emocional, além de violências e questões familiares, também está relacionada ao âmbito familiar, que é quando a criança começa a sofrer

Bullying, acaba sendo negligenciada de alguma forma, as vezes acontece de ser destrutada. Tem também o fator que são as redes sociais, onde as crianças estão inseridas cada vez mais cedo. A tecnologia, que acaba gerando um prejuízo a Saúde Mental e Emocional dessas crianças.

JS: O isolamento social, consequência da pandemia, impactou a Saúde Mental de todos. Mas, qual a raiz desse problema, para além da pandemia, no caso de crianças e jovens?

CAMILLA ALVARENGA: Nós percebemos que com os jovens já é uma tendência acontecer esse tipo de isolamento, porque, eles começam a voltar para si mesmos. O adolescente está focado em si, e as vezes, se os pais não prestarem muita atenção, a criança acaba se isolando e desenvolvendo Transtornos Emocionais, em que se tornam percebidos pelos pais, mas com a pandemia, esse tipo de isolamento se agravou, porque, normalmente é notório que eles já se isolem e comecem a se voltar para si, mas, na pandemia, se tornou pior, porque perderam as atividades de vinculação sociais, o pertencer a grupos e se voltaram para as redes sociais, que é onde existe uma questão muito desproporcional, onde existe uma falsa felicidade, tudo é belo e feliz. Essas questões geram Transtornos Mentais porque a Saúde Mental está intimamente ligada a um bem-estar, então a criança que se isola e se volta para as redes sociais onde, ilusoriamente, ela tem um bem-estar e ao mesmo tempo existe a questão de estar relacionada a necessidade de ser lindo e perfeito, melhor em tudo, gerando todas as questões desfavoráveis e desproporcionais na vida desses adolescentes e jovens.

JS: Em que medida nossos modos de vida contemporâneos têm impactado na Saúde de crianças e jovens?

CAMILLA ALVARENGA: O nosso modo de vida tem se voltado mais, realmente, para uma questão da tecnologia, do trabalho exagerado e de uma busca desenfreada por competitividade no mercado de trabalho, exigências que tem aparecido cada vez mais cedo na vida das crianças. Percebemos que cada vez mais cedo tem se cobrado mais essa expectativa, da inserção da criança no mercado de trabalho. Antes nós estudávamos e não existia uma cobrança exagerada, hoje percebo esse exagero e essa competitividade. Uma criança de 10 anos já precisa saber o que ela quer ser no futuro e tirar notas mais altas, precisa alcançar as melhores expectativas que os pais e a Escola depositam em função daquela criança. Esse é um dos fatores agravantes. A partir daí as crianças vão se tornando cada vez mais sobrecarregadas, geran-

SAÚDE - SAÚDE MENTAL

do o estresse.

JS: Quem são as crianças e jovens que hoje mais sofrem com problemas de saúde mental?

CAMILLA ALVARENGA: As crianças que acabam sendo negligenciadas pelos pais. A gente percebe, nas crianças que não tem uma boa estrutura emocional em casa e que passa por situações de violência/trauma fortes, são crianças que tendem a desenvolver problemas emocionais na fase da adolescência e da vida adulta, com mais predisposição, ou seja, não significa que a criança nunca deva passar por nenhum tipo de desafio, transtorno, desavença ou conflitos, a questão é quando a criança é inserida em um contexto constantemente de violência verbal e física, tendo aí a predisposição maior de desenvolver o Transtorno.

JS: Outro dado que assusta é o de que entre 2016 e 2021, houve um aumento de 49,3% na taxa de mortalidade de adolescentes entre 15 e 19 anos, e de 45% entre jovens de 10 a 14 anos. Que fatores globais podem levar a isso? E como o Brasil se situa nesse cenário?

CAMILLA ALVARENGA: O Brasil se situa nesse cenário de uma maneira que o suicídio entre jovens e adolescentes é a terceira principal causa de mortes (de adolescentes) entre 10 a 19 anos. Esse é um dado alarmante, em que a gente precisa buscar atenção e se voltar para trazer melhorias dentro desse âmbito, proporcionando aos jovens o acolhimento que eles necessitam.

JS: Seja em qual for a faixa etária, o tratamento de Saúde Mental ainda é um tabu. Por que e como se pode romper com isso?

CAMILLA ALVARENGA: Falar sobre Saúde Mental é a principal forma de romper esses tabus, porque ainda hoje, mesmo com tanta tecnologia, se fala pouco sobre Transtornos Emocionais. A melhor solução é sempre falar. A gente ainda tem aqueles estigmas de que buscar um Terapeuta ou buscar uma ajuda Psiquiátrica é coisa de pessoas que tem algum desequilíbrio, ou que esteja muito doente emocionalmente. E não é o caso. A gente precisa buscar ajuda quando entende que não está bem. Se não me sinto bem, preciso buscar ajuda emocionalmente. Se eu estou percebendo que meu filho não está bem, eu tenho percebido algum comportamento diferente na vida dele, preciso quebrar esse tabu. A medida em que buscamos informações, entendemos que Saúde Mental é necessário para vida de todos, em qualquer faixa etária.

JS: No Sistema Público de Saúde, há muitas queixas sobre demora nos atendimentos e poucas consultas ofertadas, especialmente de Psicoterapia, o que torna os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), superlotados. Como podemos compreender a concepção dos Caps e de que forma, na opinião da senhora, se pode enfrentar seus gargalos?

CAMILLA ALVARENGA: O Caps (Centro de Atenção Psicossocial) oferece acolhimento universal diário, atendimento individualizado para famílias e a grupos. Acredito que para que ocorra uma melhora na superlotação a gente precisa disponibilizar mais oferta desse tipo de Serviço, precisamos de uma oferta maior para que se possa atender toda a demanda da população.

JS: Por outro lado, no Sistema Privado, a Saúde Mental não tem maior espaço. Muitos Planos de Saúde ainda limitam consultas e tratamentos. O que isso representa?

CAMILLA ALVARENGA: Realmente. De fato, é um problema. Eu atendi pelo Plano de Saúde durante um tempo e infelizmente, cada paciente tem a sua demanda específica, não existe um tempo estimado para que isso acabe. Se você entra em um tratamento emocional, para trabalhar um Transtorno Emocional ou alguma demanda da Psicologia, isso leva um tempo individualizado para cada um e o que acaba acontecendo é que a necessidade é grande e a oferta é pouca. E sendo assim, o Sistema entra em desequilíbrio, gerando todo o transtorno de lista de espera, pacientes que ficam por anos necessitando do acompanhamento e não conseguem.

JS: Na opinião da senhora, qual é o custo social do adoecimento nos casos em que a Saúde Mental é abalada?

CAMILLA ALVARENGA: A Saúde Mental está relacionada ao bem-estar emocional, como já disse, então, se você cuida da Saúde Mental das crianças já no início, tentando proporcionar para elas um bem-estar emocional, físico, um ambiente favorável tanto na Escola como na família, essa criança vai se tornar um adulto e, conseqüentemente, um idoso, com uma Saúde Emocional inabalável. Pode existir a pré-disposição, mas se você tenta oferecer esse ambiente para a criança, a gente minimiza esse problema no futuro e a longo prazo.

JS: Que caminhos famílias, sociedade e poder público devem percorrer



"A medida em que buscamos informações, entendemos que Saúde Mental é necessário para vida de todos, em qualquer faixa etária".

para preservar a Saúde Mental de crianças e jovens?

CAMILLA ALVARENGA: A gente precisa dar lugar de escuta para as crianças, isso não tem acontecido. E volto a dizer, a gente percebe cada vez mais que temos buscado desenfreadamente ter, adquirir, ser o profissional bem-sucedido, porque é isso que se prega para nós, e essa busca nos deixa esgotados, o nível de estresse está tão grande que quando chegamos em casa, aquela criança que precisa ter o lugar de escuta, ela não tem, isso não acontece. O lugar de escuta está acontecendo nas redes sociais, naquela tecnologia que ela está inserida, nos jogos que ela tem acesso e nos amigos virtuais, com quem ela conversa. Então, este olhar direcionado às crianças e adolescentes é extremamente necessário.

JS: Pais que desejam que os filhos sejam referência na Escola, cobram exageradamente notas boas. Além disso, colocam desde cedo as crianças na natação, ballet, judô, inglês, diferentes atividades, com uma agenda repleta, podem estar influenciando de maneira negativa o psicológico deles? Essas crianças tendem a crescer mais estressadas, inseguras e se cobram demais?

CAMILLA ALVARENGA: Sem sombra de dúvida. Nós sabemos que é extremamente importante a criança estar envolvida em contextos que são favoráveis, então, todos os contextos que foram sinalizados, são favoráveis, ballet, exercício, etc. Mas o excesso é extremamente prejudicial. Então, porque que a criança tem que estar inserida todos os dias a outras coisas que não um momento de qualidade com os pais? Trinta minutinhos que você tira para perguntar ao seu filho como foi seu dia, quais foram as dificuldades enfrentadas, o que aconteceu, o que aprendeu, como se sentiu no dia, e são perguntas simples, que as vezes os pais falham, gerando todos os prejuízos. As crianças estarem inseridas nesses contextos que você acabou de dizer, é importante, mas o exagero é prejudicial. Além de uma outra questão, que é o fato dela estar inserida nesses contextos para conseguir alcançar os objetivos e ser o melhor em tudo, coisa que não vamos conseguir, não somos robô e a criança também não.

JS: Gerenciar o grande fluxo de informações presente nas telas de celular, aparelhos aos quais, cada vez mais cedo, as crianças têm acesso, tem sido um desafio cada dia maior para os pais. Como Tecnologia e Saúde Mental se relacionam, neste sentido?

CAMILLA ALVARENGA: É um grande problema porque os pais perderam o controle, a gente percebe, é nítido, é como se a criança precisasse daquilo, ela precisa daquele aparelho telefônico e ela precisa estar inserida dentro daquele contexto, porque o outro colega também tem, e ela precisa ter para que não se sinta vazia, diferente. Só que quem decide isso são os pais, são os pais que devem decidir o tempo nas redes e o que que ela vai ver ou não e isso, de fato, não acontece. Percebo dentro do meu consultório pais que perderam o controle e essa falta de controle acarreta em prejuízos na vida da criança.

SAÚDE - SAÚDE MENTAL

JS: Qual conselho a senhora daria aos pais para enfrentar esse desafio?

CAMILLA ALVARENGA: Lugar de escuta, tempo de qualidade, tempo presente, tempo onde você olha no olho do seu filho e consegue identificar quais são as dificuldades que ele está enfrentando, ao invés de você estar tentando suprir essa necessidade com presentes, com o ter e com o alcançar aquilo que todos os amigos tem. Tempo de qualidade, 30 minutos como eu falei. Tira 30 minutinhos do seu dia e senta com seu filho, faça questão de almoçar ao lado do seu filho, coloque regras dentro da rotina, o celular não vai estar a mesa, no jantar todo mundo vai estar sentado, na hora de dormir vai ter hora para dormir, essas rotinas elas precisam continuar acontecendo para que a criança desenvolva, e para que as estruturas neurológicas desta criança estejam bem estabelecidas, para que na vida adulta ela consiga enfrentar todas as adversidades que surgirem.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

CAMILLA ALVARENGA: Gostaria de acrescentar a importância em buscar ajuda profissional. As vezes nós, enquanto pais, precisamos identificar as nossas limitações e estar disposto a buscar uma ajuda psicológica e até mesmo psiquiátrica. Buscar um Psiquiatra Infantil na infância ainda é um tabu, e é necessário, então, se você percebe que seu filho está se queixando de algo, está se isolando ou tendo alguma dificuldade, se tem algo que naquele momento você não está conseguindo administrar, busque uma ajuda profissional.

"A medida em que buscamos informações, entendemos que Saúde Mental é necessário para vida de todos, em qualquer faixa etária".

FOTO: EVANDRO MACIEL



CAMILLA ALVARENGA PEREIRA BORBOREMA

Psicóloga Clínica
Pós-Graduada em Terapia Cognitiva-
Comportamental

Atende em:

- Laboratório e Policlínica Exame
- Endereço: Rua Cassimiro Pinheiro Azevedo, Centro - Brumado
- Telefone: (77) 3441-9286
- WhatsApp: (77) 99991-5757

GRADUADA EM PSICOLOGIA CLÍNICA PELA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (PTC) DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESPECIALISTA EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL, ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, ESPECIALISTA EM INTERVENÇÃO ABA (APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS/ ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA) APLICADA AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), ESPECIALIZANDO EM PSICOMOTRICIDADE E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

ZÉ ALVINO TRANSPORTES

PASSAGEIROS E ENCOMENDAS

Carinhanha - Guanambi

Viagens e Fretes

CELULAR: (77) 9984-0709 | (77) 9986-3066

JR
LOCAÇÃO & TURISMO

Robério : 99110-1189 / 99138-2771
Robson: 99110-1245 / 99822-9451
Arlindo: 99136-2737 / 99125-0562
Zequinha do Táxi: 99197-8193

Classificado

ALUGA-SE APARTAMENTO EM BRUMADO

2 Suítes + 1 quarto + sala dupla+ Cozinha + dependência de empregado + área de serviço + banheiro social + garagem coberta com vaga para um veículo por morador + terraço com cobertura comum aos moradores.

Situado na Rua Henrique Dias número 188, Centro, apartamento no 2º andar.

Contato pelo telefone (77) 3441-1989, ou WhatsApp: (71) 9.9220-6287 com Adriana Torres.



**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.
COMBATER A DESINFORMAÇÃO,
PARA COMBATER O CORONAVÍRUS.**

Duvide do que circula pelas redes sociais. Jornalismo profissional é o melhor antídoto contra a desinformação.

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
40 ANOS



**# SEMPRE BOM
LEMBRAR**

É necessário completar o esquema vacinal contra a

COVID-19

OK

Governo do Estado disponibiliza valores repassados aos municípios baianos no mês de dezembro de 2022

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A Diretoria do Tesouro da Secretaria de Estado da Fazenda da Bahia, através do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, disponibilizou em seu sítio eletrônico os valores dos repasses feitos aos 417 municípios baianos no último mês de dezembro de 2022, referentes às cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

No último mês de dezembro o valor total dos repasses feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda Bahia aos 417 municípios baianos somou R\$ 847.257.926,95, um aumento superior a 13% em relação ao mês anterior.

Em dezembro de 2022, os dez municípios da região de abrangência do JS que mais recursos receberam repasses

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
01	Vitória da Conquista	R\$ 17.392.363,52
02	Correntina	R\$ 8.977.897,65
03	Brumado	R\$ 4.753.052,64
04	Jaborandi	R\$ 4.411.897,39
05	Guanambi	R\$ 3.563.139,83
06	Bom Jesus da Lapa	R\$ 3.090.474,88
07	Caetité	R\$ 2.699.204,49
08	Itapetinga	R\$ 2.675.276,81
09	Mucugê	R\$ 2.542.279,07
10	Cocos	R\$ 2.139.976,39

Na outra ponta, os municípios da região de abrangência da circulação do JS que menos recursos receberam, em dezembro de 2022, de repasses feitos pelo Governo do Estado foram:

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR
01	Firmino Alves	R\$ 259.924,98
02	Maetinga	R\$ 273.913,73
03	Caatiba	R\$ 290.149,29
04	Bom Jesus da Serra	R\$ 290.786,16
05	Canápolis	R\$ 306.990,31
06	Piripá	R\$ 319.799,36
07	Guajeru	R\$ 319.973,52
08	Cordeiros	R\$ 325.561,76
09	Abaira	R\$ 321.453,05
10	Malhada de Pedras	R\$ 334.799,36

ECONOMIA

Denominação	ICMS	Acumulado	IPI	Acumulado	IPVA	Acumulado	FIES	Acumulado	FCBA	Acumulado	No Mês	Até o Mês
ABAIRA	298.409,29	3.121.218,69	1.468,27	16.443,75	21.575,49	285.850,89	0,00	0,00	0,00	0,00	321.453,05	3.423.513,33
ANAGE	589.242,91	6.163.199,42	2.899,26	32.470,01	37.124,95	437.340,85	0,00	0,00	0,00	0,00	629.267,12	6.633.010,28
ARACATU	468.117,21	4.896.282,47	2.303,29	25.795,40	23.382,17	361.873,80	0,00	0,00	0,00	0,00	493.802,67	5.283.951,67
BARRA DA ESTIVA	921.840,33	9.642.009,50	4.535,75	50.797,60	120.012,15	1.631.012,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.046.388,23	11.323.819,96
BARRA DO CHOCA	1.192.796,31	12.476.079,58	5.868,93	65.728,55	88.863,03	870.088,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.528,27	13.411.896,34
BELO CAMPO	433.986,39	4.539.290,39	2.135,35	23.914,65	30.828,01	437.476,15	0,00	0,00	0,00	0,00	466.949,75	5.000.681,19
BOA NOVA	376.779,33	3.940.931,82	1.853,87	20.762,25	22.615,64	220.122,89	0,00	0,00	0,00	0,00	401.248,84	4.181.816,96
BOM JESUS DA LAPA	2.771.336,70	28.986.858,08	13.635,87	152.713,40	305.502,31	3.929.065,38	0,00	0,00	0,00	0,00	3.090.474,88	33.068.636,86
BOM JESUS DA SERRA	280.025,27	2.928.930,53	1.377,81	15.430,67	9.383,08	113.453,15	0,00	0,00	0,00	0,00	290.786,16	3.057.814,35
BONINAL	395.747,18	4.139.326,40	1.947,21	21.807,50	31.533,58	452.037,75	0,00	0,00	0,00	0,00	429.227,97	4.613.171,65
BONITO	892.170,22	9.331.674,22	4.389,76	49.162,65	18.535,67	346.760,83	0,00	0,00	0,00	0,00	915.095,65	9.727.597,70
BOQUIRA	520.011,09	5.439.067,54	2.558,62	28.654,99	31.552,01	467.623,33	0,00	0,00	0,00	0,00	554.121,72	5.935.345,86
BOTUPORA	316.613,68	3.311.627,96	1.557,84	17.446,89	24.703,71	333.831,13	0,00	0,00	0,00	0,00	342.875,23	3.662.905,98
BREJOLANDIA	490.415,29	5.129.509,71	2.413,00	27.024,15	18.677,73	221.105,25	0,00	0,00	0,00	0,00	511.506,02	5.377.639,11
BROTAS DE MACAUBAS	716.974,88	7.499.214,73	3.527,75	39.508,63	10.098,48	288.311,95	0,00	0,00	0,00	0,00	730.601,11	7.827.035,31
BRUMADO	4.084.009,79	42.716.791,40	20.094,64	225.047,64	648.948,21	8.380.410,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.753.052,64	51.322.249,85
CAATIBA	281.437,58	2.943.702,58	1.384,77	15.508,52	7.326,94	145.875,47	0,00	0,00	0,00	0,00	290.149,29	3.105.086,57
CACULE	918.295,61	9.604.933,51	4.518,30	50.602,30	79.227,90	1.276.993,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002.041,81	10.932.529,09
CAETANOS	350.957,45	3.670.847,24	1.726,83	19.339,38	7.931,38	139.695,18	0,00	0,00	0,00	0,00	360.615,66	3.829.881,80
CAETITE	2.376.177,99	24.853.686,69	11.691,55	130.938,33	281.334,95	3.827.746,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.669.204,49	28.812.371,38
CANAPOLIS	294.054,69	3.075.671,45	1.446,84	16.203,75	11.488,78	152.893,47	0,00	0,00	0,00	0,00	306.990,31	3.244.768,67
CANDIBA	366.840,51	3.836.976,48	1.804,97	20.214,59	37.133,97	530.907,02	0,00	0,00	0,00	0,00	405.779,45	4.388.098,09
CANDIDO SALES	535.891,82	5.605.172,54	2.636,76	29.530,09	75.668,52	823.354,65	0,00	0,00	0,00	0,00	614.197,10	6.458.057,28
CARAIBAS	357.260,19	3.736.770,87	1.757,83	19.686,67	6.773,23	148.764,25	0,00	0,00	0,00	0,00	365.791,25	3.905.221,79
CARINHANHA	764.226,87	7.993.447,97	3.760,24	42.112,43	81.668,53	746.595,60	0,00	0,00	0,00	0,00	849.655,64	8.782.156,00
CATURAMA	312.478,98	3.268.380,78	1.537,50	17.219,03	6.786,52	167.098,77	0,00	0,00	0,00	0,00	320.803,00	3.452.698,58
COCOS	2.075.071,06	21.704.252,03	10.210,01	114.345,96	54.695,32	652.232,52	0,00	0,00	0,00	0,00	2.139.976,39	22.470.830,51
CONDEUBA	492.203,13	5.148.209,69	2.421,79	27.122,65	29.752,88	499.899,16	0,00	0,00	0,00	0,00	524.377,80	5.675.231,50
CONTENDAS DO SINCORA	319.629,56	3.343.172,50	1.572,68	17.613,06	13.151,48	141.209,87	0,00	0,00	0,00	0,00	334.353,72	3.501.995,43
CORDEIROS	300.425,56	3.142.307,81	1.478,19	16.554,78	23.658,01	287.320,67	0,00	0,00	0,00	0,00	325.561,76	3.446.183,26
CORIBE	629.308,69	6.582.268,29	3.096,40	34.677,80	33.788,37	499.849,76	0,00	0,00	0,00	0,00	666.193,46	7.116.795,85
CORRENTINA	8.858.018,11	92.650.637,76	43.584,28	488.117,55	76.295,26	1.432.637,20	0,00	0,00	0,00	0,00	8.977.897,65	94.571.392,51
DARIO MEIRA	358.859,10	3.753.494,75	1.765,71	19.774,78	13.155,41	167.457,59	0,00	0,00	0,00	0,00	373.780,22	3.940.727,12
DOM BASILIO	437.382,44	4.574.811,40	2.152,07	24.101,82	74.362,29	747.729,74	0,00	0,00	0,00	0,00	513.896,80	5.346.642,96
ENCRUZILHADA	724.312,07	7.575.958,32	3.563,84	39.912,93	36.353,85	510.198,59	0,00	0,00	0,00	0,00	764.229,76	8.126.069,84
ERICO CARDOSO	337.813,05	3.533.363,17	1.662,14	18.615,06	16.164,56	222.211,75	0,00	0,00	0,00	0,00	355.639,75	3.774.189,98
FEIRA DA MATA	349.731,74	3.658.026,89	1.720,79	19.271,85	13.648,48	157.484,84	0,00	0,00	0,00	0,00	365.101,01	3.834.783,58
FIRMINO ALVES	243.157,32	2.543.309,43	1.196,41	13.399,06	15.571,25	141.749,54	0,00	0,00	0,00	0,00	259.924,98	2.698.458,03
GUAJERU	310.955,17	3.252.442,48	1.529,99	17.135,06	7.488,36	147.414,08	0,00	0,00	0,00	0,00	319.973,52	3.416.991,62
GUANAMBI	2.811.106,71	29.402.833,26	13.831,55	154.904,94	738.201,57	9.482.774,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.563.139,83	39.040.512,55
IBIASSUCE	314.513,81	3.289.664,21	1.547,52	17.331,14	40.248,60	428.972,37	0,00	0,00	0,00	0,00	356.309,93	3.735.967,72
IBICOARA	1.821.141,02	19.048.264,98	8.960,60	100.353,25	77.554,85	1.017.197,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.907.656,47	20.165.815,97
IBIPEBA	609.986,22	6.380.164,46	3.001,33	33.613,04	34.592,15	400.937,16	0,00	0,00	0,00	0,00	647.579,70	6.814.714,66
IBIPITANGA	397.363,13	4.156.228,47	1.955,15	21.896,53	62.742,17	541.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	462.060,45	4.720.111,23
IBOTIRAMA	853.777,69	8.930.106,75	4.200,86	47.047,09	142.529,33	1.642.653,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.507,88	10.619.807,62
IGAPORA	915.029,64	9.570.773,07	4.502,23	50.422,34	22.179,68	451.704,90	0,00	0,00	0,00	0,00	941.711,55	10.072.900,31
IGUAI	530.742,78	5.551.315,97	2.611,43	29.246,40	40.277,77	563.820,60	0,00	0,00	0,00	0,00	573.631,98	6.144.382,97
IPUPIARA	382.482,77	4.000.587,07	1.881,94	21.076,56	25.698,06	495.784,05	0,00	0,00	0,00	0,00	410.062,77	4.517.447,68
ITAMBE	621.264,57	6.498.130,59	3.056,81	34.234,53	49.203,18	514.886,09	0,00	0,00	0,00	0,00	673.524,56	7.047.251,21
ITAPETINGA	2.357.821,85	24.661.690,11	11.601,23	129.926,84	305.853,73	4.153.795,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.675.276,81	28.945.412,40
ITARANTIM	901.093,94	9.425.012,13	4.433,67	49.654,38	51.806,13	607.842,70	0,00	0,00	0,00	0,00	957.333,74	10.082.509,21
ITORORO	514.225,57	5.378.553,82	2.530,16	28.336,18	76.928,66	728.718,57	0,00	0,00	0,00	0,00	593.684,39	6.135.608,57
ITUACU	626.542,91	6.553.339,58	3.082,79	34.525,40	51.404,35	763.662,66	0,00	0,00	0,00	0,00	681.030,05	7.351.527,64
IUIU	468.704,92	4.902.429,41	2.306,18	25.827,80	21.179,24	231.194,61	0,00	0,00	0,00	0,00	492.190,34	5.159.451,82
JABORANDI	4.364.757,47	45.653.278,03	21.475,99	240.518,19	25.663,93	373.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.411.897,39	46.267.414,02
JACARACI	437.141,63	4.572.292,72	2.150,88	24.088,50	16.939,58	301.892,96	0,00	0,00	0,00	0,00	456.232,09	4.898.274,18
JUSSIAPE	305.666,74	3.197.128,11	1.503,97	16.843,63	33.524,60	305.682,88	0,00	0,00	0,00	0,00	340.695,31	3.519.654,62
LAGOA REAL	379.512,58	3.969.520,30	1.867,32	20.912,89	41.678,51	444.772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423.058,41	4.435.205,19
LICINIO DE ALMEIDA	428.890,01	4.485.984,55	2.110,28	23.633,80	27.232,31	426.304,41	0,00	0,00	0,00	0,00	458.232,60	4.935.922,76
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	1.442.533,57	15.088.212,05	7.097,73	79.490,23	221.326,93	2.703.476,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.670.958,23	17.871.178,41
MACARANI	470.821,04	4.924.563,27	2.316,58	25.944,42	48.911,17	551.670,58	0,00	0,00	0,00	0,00	522.048,79	5.502.178,27
MACAUBAS	908.036,24	9.497.625,30	4.467,83	50.036,98	126.849,88	1.672.394,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.353,95	11.220.057,12
MAETINGA	261.800,74	2.738.310,66	1.288,15	14.426,42	10.824,84	160.110,76	0,00	0,00	0,00	0,00	273.913,73	2.912.847,84
MAIQUINIQUE	442.874,50	4.632.255,75	2.179,08	24.404,42	29.415,72	325.764,76	0,00	0,00	0,00	0,00	474.469,30	4.982.424,93
MALHADA	636.697,76	6.659.554,45	3.132,75	35.084,96	23.850,71	248.032,32	0,00	0,00	0,00	0,00	663.681,22	6.942.671,73
MALHADA DE PEDRAS	305.355,48	3.193.872,42	1.502,45	16.826,49	27.338,59	314.432,86	0,00	0,00	0,00	0,00	334.196,52	3.525.131,77
MANOEL VITORINO	514.454,76	5.380.951,04	2.531,28	28.348,80	24.358,37	276.321,30	0,00	0,00	0,00	0,00	541.344,41	5.685.621,14
MATINA	330.358,17	3.455.388,57	1.625,46	18.204,28	12.181,48	195.445,05	0,00	0,00	0,00	0,00	344.165,11	3.669.037,90
MIRANTE	357.468,48	3.738.949,46	1.758,86	19.698,16	13.724,69	188.007,19	0,00	0,00	0,00	0,00	372.952,03	3.946.654,81
MORPARA	447.637,17	4.682.071,01	2.202,52	24.666,87	5.342,57	110.627,40	0,00	0,00	0,00	0,00	455.182,26	4.817.365,28
MORTUGABA	336.885,44	3.523.660,87	1.657,									

**André Naves**DESIGUALDADE SOCIAL, EXCLUSÃO E
POLARIZAÇÃO POLÍTICA

PÁG. 05

**Percival Puggina**

"ATÉ NÃO FICAR NADA!"

PÁG. 11

**José Carlos Sturza**

CRIANÇAS CUIDANDO DE CRIANÇAS

PÁG. 25

Transtornos causados por chuvas em Vitória da Conquista afetam a vida de moradores na cidade

PÁGS. 12 e 13



FOTOS: GABRIELA MATIAS

PRIMEIROS SOCORROS PARA PESSOAS COM HIV/AIDS

PÁGS. 26 e 27

Vereadora bom-jesuense fala sobre a baixa participação da mulher na política

PÁGS. 04 e 05



FOTO: REDES SOCIAIS

"... Cuidar da Saúde Mental é basicamente cuidar das nossas emoções", diz Psicólogo Uirá Vieira

PÁGS. 31 e 33

Digital Total

Jornal do Sudoeste

IDEB DA REGIÃO AVANÇAMOS, MAS RETROCEDEMOS

Quintessence Público

ESTRATÉGIAS

Uirá Vieira

ASSINE AGORA

f @JORNALDOSUDOESTE

